



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA – UFBA**  
**FACULDADE DE EDUCAÇÃO – FAGED**  
**LICENCIATURA EM PEDAGOGIA**

**JOUZE VILAR SACRAMENTO**

**A FORMAÇÃO DO EDUCADOR/ALFABETIZADOR E A PRÁTICA  
PEDAGÓGICA SIGNIFICATIVA PARA ALFABETIZAÇÃO DE  
JOVENS E ADULTOS**

Salvador/BA

2011

**JOUZE VILAR SACRAMENTO**

**A FORMAÇÃO DO EDUCADOR/ALFABETIZADOR E A PRÁTICA  
PEDAGÓGICA SIGNIFICATIVA PARA ALFABETIZAÇÃO DE  
JOVENS E ADULTOS**

Monografia apresentada ao Colegiado do Curso de Graduação em Pedagogia da Faculdade de Educação, pela Universidade Federal da Bahia, como requisito parcial para obtenção do Título de Licenciado em Pedagogia.

Orientadora: Professora Doutora Sandra Maria Marinho Siqueira.

Salvador/BA

2011

**JOUZE VILAR SACRAMENTO**

**A FORMAÇÃO DO EDUCADOR/ALFABETIZADOR E A PRÁTICA  
PEDAGÓGICA SIGNIFICATIVA PARA ALFABETIZAÇÃO DE  
JOVENS E ADULTOS**

Monografia aprovada como requisito parcial para  
obtenção do grau de Licenciado em Pedagogia, Faculdade  
de Educação, Universidade Federal da Bahia, pela  
seguinte banca examinadora:

Aprovada em \_\_\_\_\_ de julho de 2011

Banca Examinadora:

---

Sandra Maria Marinho Siqueira (Orientadora)

Professora Doutora

---

Verônica Santana

Mestre em Educação

---

Uilma Amazonas

Professora Doutora

Dedico esse trabalho aos meus primeiros educandos da Alfabetização de Jovens e Adultos, pois foi através destes que despertou em mim a curiosidade e a vontade de conhecer ainda mais esses sujeitos e também as práticas pedagógicas significativas no processo de ensino-aprendizado na alfabetização de adultos.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço em primeiro a Deus por tudo que tem realizado em minha vida.

Agradeço, especialmente, ao meu esposo, que a mim, além de apoio e muito incentivo, tem dedicado um amor incondicional.

Agradeço aos meus pais, pelo amor eterno e por todo o esforço que sempre fizeram para me oferecer o melhor e pelas palavras de conforto.

Agradeço aos educandos e educadores da Alfabetização de Jovens e Adultos que contribuíram relevantemente à pesquisa e assim engrandecendo meus estudos.

Agradeço a orientadora desta Monografia, Professora Sandra Maria Marinho Siqueira, por seu desprendimento, dedicação, conhecimento e muita competência. Características que tornaram esse trabalho uma realidade.

(...) a alfabetização é algo muito sério, não só sério, mas profundo, político, muito mais que um puro exercício linguístico do comando da linguagem. E precisamente porque é comando da linguagem é mais do que fonemas, é mais do que sons. É história mesmo. É vida. É desvelamento da ideologia que está na própria linguagem, no próprio discurso. (FREIRE, 2001)

## RESUMO

A presente pesquisa teve como finalidade suscitar uma reflexão sobre a realidade da Alfabetização de Jovens e Adultos, abordando questões sobre a formação e o traquejo docente dos educadores que atuam nessa modalidade da educação, e partindo desse pressuposto, compreender quais são as práticas pedagógicas que atenda as reais necessidades de aprendizagem dos alfabetizandos jovens e adultos. Tendo como objetivo analisar a importância da formação inicial dos alfabetizadores e a ascendência que esta exerce no trabalho docente em sala de aula. Foram levantadas bibliografias existentes no que diz respeito à Alfabetização de Jovens e Adultos. Dessa forma, a opção metodológica adotada foi a pesquisa bibliográfica, com base empírica, que é um enfoque qualitativo de pesquisa. Para tanto, foram feitos estudos a partir de diálogos e entrevistas com educadores e educandos da Alfabetização de Jovens e Adultos. Os principais autores que fundamentaram o trabalho foram: Galvão (2001), Moura (1999, 2007), Piletti (2002), Haddad (1994, 2000), Gadotti (2000, 2001), Pierro (2001), Machado (2008), Leal (1996, 2003, 2007), entre outros. Buscou-se analisar a formação dos educadores para a alfabetização de adultos direcionada a uma exercício pedagógico significativo em relação a realidade dos alfabetizandos em uma sociedade em que a leitura e a escrita são tão importantes. É trazido um sucinto relato do histórico da Alfabetização de Jovens e Adultos em nosso país, para, dessa forma, compreender a atual situação da mesma em nossa sociedade. O presente estudo procura principalmente instigar um exame sobre a formação dos futuros e atuais educadores enquanto à preparação para atuação na alfabetização de jovens e adultos e a influência desta no trabalho pedagógico destes alfabetizadores.

**Palavras-chave:** Alfabetização de Jovens e Adultos, Formação dos educadores e Prática pedagógica do alfabetizador.

## **LISTA DE SIGLAS**

AJA: Alfabetização de Jovens e Adultos;

CEAA: Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos;

CEB: Câmara de Educação Básica;

CNE: Conselho Nacional de Educação;

CNEA: Campanha Nacional e Erradicação do Analfabetismo;

EJA: Educação de Jovens e Adultos;

FHC: Fernando Henrique Cardoso;

IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística;

INEP: Fundo Nacional de Ensino;

LDB: Lei de Diretrizes e Bases;

MEC: Ministério da Educação;

MOBRAL: Movimento Brasileiro de Alfabetização;

PEI: Programa de Educação Total;

SECAD: Secretaria de Educação continuada, alfabetização e diversidade;

UNESCO: Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura.



## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>09</b>
<b>1 ALFABETIZAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO BRASIL: A REALIDADE DA AJA EM NOSSO PAÍS .....</b>	<b>12</b>
1.1 BREVE HISTÓRICO DA ALFABETIZAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO BRASIL .....	13
1.2 A FORMAÇÃO DOS EDUCADORES PARA A ALFABETIZAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS .....	19
<b>2 A INFLUÊNCIA DA FORMAÇÃO DOCENTE NA PRÁTICA PEDAGÓGICA REALIZADA POR EDUCADORES NA ALFABETIZAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS .....</b>	<b>27</b>
2.1 O INTERESSE PELA PESQUISA .....	32
2.2 A ENTREVISTA COM OS SUJEITOS DA AJA .....	33
2.3 OS ALFABETIZADORES DA AJA E SUA REALIDADE QUANTO À FORMAÇÃO E PRÁTICA PEDAGÓGICA .....	34
2.4 OS ALFABETIZANDOS DA AJA: A REALIDADE DESSES SUJEITOS .....	38
<b>3 AS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS SIGNIFICATIVAS PARA A ALFABETIZAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS .....</b>	<b>43</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>53</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>56</b>
ANEXO A - ENTREVISTA COM OS ALFABETIZANDOS DA AJA .....	60
ANEXO B – ENTREVISTA COM OS ALFABETIZADORES DA AJA .....	65

## INTRODUÇÃO .....

A formação docente é atualmente uma das questões mais discutidas sobre a educação em nosso país. As pesquisas realizadas apontam muitos equívocos, tais como: os currículos das instituições que formam educadores enfatizam uma preparação voltada para a Educação Infantil e para séries iniciais do Ensino Fundamental; os componentes curriculares voltados para a capacitação dos mesmos não atribui a mesma atenção à alfabetização para crianças como para adultos, pois a primeira é regulamentada, assumida pelas instituições relacionadas a educação, enquanto a segunda é ofertada por programas em caráter paliativo; a pouca discussão sobre a alfabetização de jovens e adultos, não levando para o ambiente acadêmico questões importantes para a preparação de um futuro alfabetizador de adultos, como: saber quem são esses alfabetizando; reconhecer sua realidade e necessidades de aprendizado e compreendê-los como cidadãos, sujeitos de uma sociedade que impõe conhecimentos sobre leitura e escrita.

Essas pesquisas vêm apontando também, que a formação inicial não oferece fundamentação teórica e experiências na prática necessárias para que os educadores desenvolvam uma prática pedagógica de sucesso, que proporcione uma formação contemplando a diversidade, atendendo as reais necessidades de aprendizagem dos docentes.

A EJA (Educação de Jovens e Adultos) é uma modalidade da educação que abrange etapas do ensino fundamental e ensino médio da rede escolar pública brasileira sendo que, também é oferecida por algumas escolas da rede privada que oferecem turmas para os jovens e adultos que não estudaram na idade adequada ou apresentam histórico de fracasso escolar. Porém a AJA (Alfabetização de Jovens e Adultos) acontece em forma de programa ou campanha e existe desde 1947 com a primeira campanha de alfabetização de adultos.

A alfabetização de jovens e adultos possui suas próprias especificidades, precisa de uma atenção diferenciada na formação do corpo docente, pois é composta por um público que tem particularidades e devem ser consideradas, como: a idade dos alfabetizando, os motivos que impediram de estudar ou que promoveram sua desistência, e os interesses e objetivos destes ao frequentar uma turma de AJA.

A AJA é uma etapa significativa, importante na modalidade da Educação de Jovens e Adultos, porém está separada da EJA, pois sua oferta é dada fora do sistema escolar, e esta é

“toda educação destinada àqueles que não tiveram oportunidades educacionais em idade própria ou que a tiveram de forma insuficiente [...]” (PAIVA, 1987, p.16). Esse conceito consolida a especificidade dessa modalidade educativa e nos faz compreender que é extremamente importante que o alfabetizador deve estar devidamente formado e qualificado, de maneira que lhe permita conhecer as peculiaridades e necessidades dos educandos e a alfabetização de adultos como um todo.

A formação do educador precisa ser bem pensada, avaliada e assistida, de forma que permita que os futuros educadores tenham momentos de construção, reconstrução, desconstrução, reflexão e experiência em sua prática docente. Pois, é a partir de uma formação docente significativa que será possível desenvolver uma prática pedagógica consciente.

O interesse dessa temática surge através da própria experiência com a prática alfabetizadora para jovens e adultos e a vontade de aprender mais sobre a real necessidade de aprendizagem desses educandos, como também o trabalho pedagógico mais contribuidor e significativo para estes.

Este trabalho insere-se em uma pesquisa de cunho bibliográfico, privilegiando uma análise qualitativa. Além dos estudos realizados, através de uma apreciação da bibliografia, houve a necessidade de ter um contato com os sujeitos que envolvem a realidade da AJA (alfabetizados e alfabetizadores), para tanto foi realizado entrevistas com os mesmos.

Segundo Candorin (2002), para a pesquisa bibliográfica, é importante seguir os seis passos da leitura sistemática que são: reflexão sobre o tema, seleção das unidades de leitura, coleta de informações, resumo, reescritura e análise crítica. Essa leitura sistemática serviu como base para a interpretação, reinterpretação do texto lido.

Para a coleta de informações, foram utilizados livros, artigos, documentos por meio eletrônico e entrevistas. Inicialmente, procuro realizar um levantamento dos autores e suas obras que forneceram fundamento teórico a respeito do tema e que possibilitou responder as questões postas em destaque na pesquisa. Para isso, foi feito uma análise das obras de autores, a saber: Paiva (1987; 1989), Piletti (1988), Haddad (1985), Gadotti (2000, 2001), Moura (1999, 2007), Galvão e Di Pierro (2007), Leal (1996, 2003, 2007), dentre outros. Foi também analisado documentos, tais como: Diretrizes Curriculares Nacionais de Jovens e Adultos (2000), a Política de Alfabetização de Jovens e Adultos (2004 - 2011), Constituição de 1988 e as Agendas Territoriais de 2008.

Este objeto de pesquisa surgiu da seguinte indagação: Quais são as práticas pedagógicas que atenda as reais necessidades de aprendizagem dos alfabetizando jovens e adultos? E com a finalidade de discutir essa questão, o presente estudo tem por objetivo geral: estudar a importância da formação inicial dos educadores de jovens e adultos, e a influência que esta exerce na prática pedagógica em sala de aula. Em se tratando dos objetivos específicos são traçados os seguintes: pesquisar a bibliografia existente no que diz respeito à Alfabetização de Jovens e Adultos; analisar a importância da formação pedagógica e sua influência no trabalho docente; refletir sobre uma prática alfabetizadora contribuidora e significativa nesse processo de aprendizagem.

Para atingir os objetivos propostos, o presente estudo é desenvolvido em três capítulos: no primeiro capítulo, é feita uma breve retrospectiva histórica da alfabetização de jovens e adultos em nosso país, também é levantada questões sobre a formação docente dos educadores para a Alfabetização de Jovens e Adultos.

No segundo capítulo é realizada uma discussão sobre a influência da formação inicial dos educadores na prática docente em sala de aula, como também é aportada a genuína circunstância de vida e a necessidade de aprendizagem dos alfabetizando.

No terceiro e último capítulo, é feita uma abordagem sobre as práticas pedagógicas significativas e contribuidoras para a alfabetização de jovens e adultos, uma análise da importância de que a ação docente esteja em correspondência com o seu público.

Espero que esta monografia possa contribuir para a reflexão de todos aqueles que se interessam por esse tema. Que sirva de incentivo para a busca de outras leituras e aprofundamento de questões relativas ao estudo. Que possibilite também a discussão sobre a importância da formação dos educadores e da influência desta na prática pedagógica realizada pelos mesmos.

# 1 ALFABETIZAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO BRASIL: A REALIDADE DA AJA EM NOSSO PAÍS .....

A realidade da Alfabetização de Jovens e Adultos em nosso país é marcada por muitas dificuldades, preconceito, desvalorização e desrespeito. A história da AJA é assinalada por muita luta e resistência, pela busca do direito e sua efetivação para todos.

A educação é um direito do cidadão, mas sabemos que na realidade este é meramente formal, pois não alcança a todos em sua plenitude. Para os jovens e adultos trabalhadores que por muitos motivos não puderam estudar na idade própria ou aqueles que tiveram que interromper sua trajetória escolar, e agora buscam a escola como uma forma de melhoria de vida e se sentirem mais participativos na sociedade. Ser jovem ou adulto não alfabetizado em nosso país é algo muito difícil, pois além da luta cotidiana pela sobrevivência é preciso irromper o pré-conceito para poder se alfabetizar na fase adulta, ou continuar o processo de escolarização tantas vezes interrompido. Dessa forma, Galvão e Pierro (2007, p. 79 e p. 10) afirmam que:

Dentre os lugares-comuns que circulam nas conversações a respeito da educação na idade adulta está o ditado popular “papagaio velho não aprende”. De fato, uma das fontes do preconceito em relação aos analfabetos residem na suposição de que a ausência das habilidades de leitura e escrita ou sua aquisição “tardia”, quando adultos, restringiram o desenvolvimento psicológico ou cognitivo dos indivíduos ou grupos sociais.

Podemos perceber, (...), que a palavra analfabetos é, na sociedade brasileira contemporânea, com poucas exceções, carregadas de significados negativos. Podemos inferir, também, que a relação que as pessoas, de modo geral, tem com o analfabeto é medida por preconceito, por pré-julgamentos, por estigmas.

Historicamente não tivemos oferta de cursos de formação específica para educadores que atuam na AJA ou EJA. Este cenário começa a mudar no século XX. Porém, até o ano de 1990, o que ocorria era um despreparo dos educadores, comprometendo a prática docente, firmando a desvalorização e a desatenção com a alfabetização de jovens e adultos. As dificuldades de verbas destinadas a essa modalidade da educação, as poucas turmas, a insuficiente formação e remuneração docente enfim, a precária assistência tornava a alfabetização de adultos esquecida e marginalizada.

A realidade desses jovens e adultos é marcada por trajetórias de carências e vulnerabilidades sociais e econômicas, e a própria história da educação destinada a estes traduz as dificuldades

e as lutas travadas para que a Alfabetização de Jovens e Adultos se tornasse uma realidade e fosse oferecida de acordo com as suas especificidades.

Porém para compreender essa real condição é necessário voltar a história e perceber os reais motivos causadores da marginalização e desvalorização da alfabetização de jovens e adultos em nosso país.

### 1.1 BREVE HISTÓRICO DA ALFABETIZAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO BRASIL

A história da Alfabetização de Jovens e Adultos (AJA) esteve muito presente em nosso país. Iniciou-se no Brasil com os jesuítas, estes acreditavam que não seria possível converter os índios ao catolicismo sem que estes soubessem ler e escrever. Dessa forma, teve início à alfabetização de jovens e adultos no Brasil, com a catequização dos índios, e através desta ensinar a língua portuguesa como também os ensinamentos religiosos para que a comunicação fosse possível, e além de serem “domesticados”, adiante servir para o trabalho e também para os interesses da igreja, como dos portugueses que colonizavam o país. Este debate se ancora nas formulações de Piletti (1988, p. 165):

(...) a realeza e a igreja aliavam-se na conquista do Novo Mundo, para alcançar de forma mais eficiente seus objetivos: a realeza procurava facilitar o trabalho missionário da igreja, na medida em que esta procurava converter os índios aos costumes da Coroa Portuguesa. No Brasil, os jesuítas dedicaram-se a duas tarefas principais: pregação da fé católica e o trabalho educativo. Com seu trabalho missionário, procurando salvar almas, abriam caminhos à penetração dos colonizadores.

Porém, no século XVIII os jesuítas foram expulsos do Brasil causando uma desorganização no ensino que era oferecido na época. Foi somente no Império que novas iniciativas a cerca da educação de adultos começaram a ocorrer.

No Brasil Império, escolas noturnas começaram a surgir com a finalidade de trabalhar com o público adulto e possibilitar o acesso destes no meio escolar. No entanto o ensino oferecido nessas escolas era de baixa qualidade, com educadores mal preparados, baixa qualidade da estrutura física, precariedade nos materiais utilizados e curta duração, com aproximadamente seis meses de curso. Relata Moura (1999, p. 24), que:

Desde o império já aconteciam iniciativas de experiências através das escolas noturnas para adultos. A partir da República iniciam-se as inúmeras campanhas, normalmente de duração curta, descontínuas, sem grande sistematização e buscando sempre o apoio e a parceria das diferentes instâncias da sociedade civil. Isto se refere a falta de compromisso do poder público em definir uma política de educação institucional, de forma que as práticas para a área fossem desenvolvidas de maneira sistemática através da rede de ensino regular, como acontece com os demais níveis de escolarização.

A partir da década de 1930 a educação básica de adultos começou a estabelecer seu espaço na história da educação em nosso país, pois nessa época a sociedade sofreu grandes transformações, e assim o sistema de ensino começou a se consolidar. O crescimento no processo de industrialização e a concentração da população nos centros urbanos ajudaram significativamente para essa realidade. No entanto na revolução de 1930, o interesse do governo em alfabetizar adultos, tinha como objetivo somente ensinar a ler e a escrever, a finalidade não era despertar a consciência crítica desses alunos, pois seria prejudicial ao governo. Sendo assim, Moura (1999, p. 24) nos traz que:

Nas primeiras iniciativas desse período – que se estende até aproximadamente a revolução de 30, os formuladores de políticas e responsabilidades pelas ações tomam a alfabetização de adultos como aquisição de um sistema de código alfabético, tendo como único objetivo instrumentalizar a população com os rudimentos de leitura e escrita.

Inicia-se um processo lento na alfabetização de adultos: valorização a autoridade da língua falada e escrita, que tinha como principal objetivo o domínio das técnicas de produção; a valorização da leitura e da escrita como um instrumento de ascensão social. A alfabetização de adultos começou a ser visto como uma das possibilidades do país progredir e um meio de aumentar o número de pessoas aptas a votar, dessa forma ampliando a base de votos.

Em 1945 com o fim da Ditadura de Vargas, o Brasil passou por uma efervescência política, em que a sociedade viveu momentos de forte crise. Houve duras críticas sobre a situação do analfabetismo de adultos no país, acarretando certa descrença da população em conquistar um ensino digno, de qualidade. Porém, foi essa luta em busca de uma melhor educação, de direito de todos que a educação de adultos ganhou destaque na sociedade.

No final da década de 1940, foi um período marcado por muitas mudanças na educação de adultos, houve grandes iniciativas políticas e pedagógicas para a área, como: a regulamentação do Instituto Nacional do Ensino (INEP), incentivando a realização de estudos

na área e o surgimento dos primeiros aparatos teóricos voltados especificamente para o ensino supletivo; houve o lançamento da Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos (CEAA) no ano de 1947, em que houve certa preocupação com a preparação de materiais didáticos para adultos; a realização de dois eventos muito importantes para a área, cujo objetivo era minimizar o problema do analfabetismo no país.

Nos anos de 1950, a Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo (CNEA), que foi realizada, proporcionou uma nova fase nas discussões sobre a alfabetização de adultos. Os organizadores dessa campanha defendiam a ideia de que era necessário proporcionar prioridade a educação de crianças e jovens, pois a estes a educação podia transformar, teria significado de alteração em relação às condições de vida, diferente dos adultos. Revelando, Moura (1999, p. 36) afirma:

Os governantes entendem que, como os adultos que chegaram a determinada idade sem instrução já não terão mais condições de aprender a tempo de se qualificarem para a produção, nem atendem as condições psicológicas de adaptação à ideologia dominante (“é um caso perdido”, dizem uns, “é jogar dinheiro fora” dizem outros) priorizam-se recursos e ações para a educação básica das crianças e dos mais jovens ou adolescentes. Nesse sentido, muitas das iniciativas de âmbito federal foram desativadas e desarticuladas, sob a justificativa de que a escolarização dos jovens e adultos analfabetos é um empreendimento muito caro devendo ser assumida por toda sociedade.

Ao final da década de 1950 para início da década de 1960, deu início a uma intensa mobilização da sociedade civil em relação às reformas de base, ajudando para mudanças nas iniciativas públicas relacionadas a educação de adultos. Surgiu uma nova visão sobre o problema do analfabetismo e também consolidação de uma nova pedagogia de alfabetização de adultos que tinha como principal referência teórica, o educador pernambucano Paulo Freire. Surgiu assim um novo entendimento da realidade entre a problemática educacional, apontado como causa da pobreza e da marginalização, passou a ser interpretado como efeito da pobreza, causada por uma sociedade desigual. Novamente, Moura (1999, p. 30) traz:

Freire construiu nas décadas de 60 e 70 uma proposta teórico-metodológica para a alfabetização de adultos que se constitui no único referencial próprio para a área, a única formulação, no acervo da literatura brasileira, que define explicitamente a conceitualização de alfabetização de adultos, reconhecida inclusive, por educadores e pesquisadores.



Na década de 1970, o Movimento Brasil de Alfabetização (MOBRAL), surgiu como um prosseguimento das campanhas de alfabetização de adultos iniciadas com o educador Lourenço Filho, marcando essa época e crescendo em todo país, algumas vezes modificado seu modo de atuação, trabalhando com ideias destorcidas de Paulo Freire. Outras ações que ocorreram nessa fase histórica foi o Programa de Alfabetização, sendo que a ação mais importante desse programa foi o Programa de Educação Total (PEI), que equivalia ao antigo curso primário que proporcionava oportunidade de estudar aos jovens que desejavam continuar os estudos, quanto aos recém-alfabetizados ou os analfabetos funcionais que desejassem também se escolarizar.

Na década de 1980 a proposta pedagógica passou a se preocupar com as questões tradicionais, com a finalidade de proporcionar o crescimento do educando no que diz respeito, a uma educação mais qualificada. Porém a década de 1990 não foi muito propícia a educação por causa de muitos obstáculos que contribuíram para tal situação. A falta de políticas do governo que não ofereceu apoio à educação de adultos foi um dos motivos que contribuiu para o fechamento de algumas fundações que tratavam da educação de adultos. No entanto, com essa realidade alguns Estados e Municípios brasileiros assumiram a responsabilidade de oferecer alfabetização para adultos. Moura (1999, p. 37) declara:

(...) o governo federal assume a posição de articulador e coordenador de políticas e programas, enquanto a oferta sistemática das ações de alfabetização e pós-alfabetização fica a cargo dos governos municipais – que as oferece ou não, dependendo dos interesses e compromissos defendidos em suas plataformas eleitorais e das pressões da sociedade civil organizada (...)

O governo do então presidente Fernando Henrique Cardoso na década de 1990, ficou marcado pelo não aumento do repasse de recursos para estados e municípios e entidades não governamentais para o desenvolvimento de programas de alfabetização. O governo FHC é lembrado por promover uma desvalorização e despreocupação com os jovens e adultos não alfabetizados, apagando da Constituição Federal a obrigação com a diminuição do analfabetismo. O programa Alfabetização Solidária, criado no governo FHC foi considerado inicialmente inovador, teve como aspectos: parcerias com empresas; a duração dos módulos; a mudança de alfabetizar após seis meses de desempenho e a utilização de alfabetizadores leigos.

No mês de janeiro de 2003, o Ministério da Educação (MEC), anunciou a alfabetização de jovens e adultos como uma prioridade do Governo Federal. Com isso foi criado uma

secretaria extraordinária para diminuir as taxas de analfabetismo, e a meta era erradicar\* o analfabetismo durante os quatro anos do mandato do governo do então presidente Luís Inácio da Silva. Para cumprir tal meta foi lançado um programa para alfabetizar, o Brasil Alfabetizado, com a contribuição do MEC, dos órgãos públicos Estaduais e Municipais, instituições de ensino superior e organizações sem fins lucrativos se juntassem para que desenvolvam ações de alfabetização e chegassem a tal objetivo. Novamente, Moura (1999, p. 37) destaca que:

O máximo que o poder público, no âmbito federal, vem fazendo é promover campanhas (...), envolvendo os vários segmentos da sociedade e fazendo parcerias com entidades não governamentais que assumem a tarefa a “baixo custo”. A educação dos mais velhos e dos adultos passa a ser delegada aos governos locais e à sociedade civil.

Desde o ano de 2003 a história da AJA no Brasil não tem mudado, o governo lança campanhas de alfabetização para jovens e adultos. Porém ainda não é possível ver uma preocupação real e significativa em torno desta questão. Os adultos não alfabetizados são esquecidos e marginalizados, sofrem muitos pré-conceitos da sociedade. Ainda é preciso muito para fazer a AJA ser reconhecida como importante, essencial, que merece igual respeito e valorização quanto qualquer outra modalidade da educação. A Alfabetização de Jovens e Adultos precisa de atitudes consistentes e eficientes para mudar sua realidade, como também ações de incentivo para estudos e elaboração de material teórico para servirem de apoio e guia aos educadores de jovens e adultos, pois sabemos da carência desses recursos destinados a AJA e a EJA como um todo. Assim, Moura (1999, p. 24) traz:

(...) as discussões e definições em torno de propostas teóricas e das diferentes concepções de alfabetização acompanham essas lutas ideológicas e políticas de cada período, trazendo consequências pedagógicas sérias para o processo educativo dos sujeitos que buscam tardiamente a escolarização. Dessa maneira, somente lançando o olhar para as políticas e ações desenvolvidas ao longo do processo histórico brasileiro, é impossível buscar os referenciais teóricos que, de forma explícita ou implícita, norteiam a conceitualização, os objetivos e as formas de desenvolvimento do processo de alfabetização.

---

\* erradicar: há uma discussão no emprego da palavra ‘erradicar’, ao se referir ao analfabetismo. Tal debate acontece, pois, o termo em questão pertence a área do conhecimento da biologia e é citado para se reportar a erradicação/eliminação de doenças e epidemias. Sendo assim, a aplicação desse vocábulo para referir ao analfabetismo acentua ainda mais o preconceito contra os jovens e adultos não alfabetizados, pois a falta de escolarização não é uma doença nem epidemia para ser erradicada. Dessa forma, o uso dessa palavra deve ser revisto.

No ano de 2008 ficou marcado pela criação da Agenda Territorial e Desenvolvimento integrado de Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos, que consiste em uma ação conjunta do poder público e da sociedade civil em favor da garantia do direito à educação da população jovem e adulta. É um mecanismo de apoio, por parte do MEC, à estruturação e à institucionalização de ações, nos Estados e Municípios e no Distrito Federal, de desenvolvimento integrado de Alfabetização e de Educação de Jovens e Adultos, garantindo a continuidade das aprendizagens dos jovens e adultos, não se contentando apenas com o processo inicial de alfabetização. O Ministério da Educação – MEC, Secretaria de educação continuada, alfabetização e diversidade – SECAD, Diretoria de políticas públicas de EJA (2008), nos traz a respeito da Agenda Territorial e Desenvolvimento integrado a Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos:

É também um instrumento para consolidar as estratégias para a articulação territorial das ações de Alfabetização e de Educação de Jovens e Adultos, estruturadas nas dimensões técnicas, de planejamento e de controle social. É parte integrante do Programa Brasil Alfabetizado e da EJA, na definição de uma política pública, a partir do diálogo com os mais diversos parceiros. (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2008)

Importante ressaltar que a Alfabetização de Jovens e Adultos ainda sofre muitas dificuldades e preconceitos para conquistar o espaço que hoje possui. Porém, é necessário ressaltar que a EJA, atualmente, já é reconhecida como modalidade de educação, sistematizada, com programas do curso determinado e organizado, assim como os outros ensinos (fundamental e médio). No entanto a alfabetização de adultos até o momento acontece por meios de programas e campanhas, não tendo seu curso deliberado e disposto, disciplinado e normatizando, reforçando a natureza voluntária da prática alfabetizadora.

A importância de conhecer a história da Alfabetização de Jovens e Adultos em nosso país é imprescindível para compreender a situação desta na atualidade, as dificuldades que enfrenta, no que precisa melhorar, o que necessita ser feito para a EJA ser uma educação bem assistida e muito significativa para o público a quem esta é destinada.

Uma das dificuldades encontradas pela alfabetização de jovens e adultos está intrinsecamente associada à formação dos atuais e futuros alfabetizadores. Sendo assim, a formação inicial, como a formação continuada e também a auto formação são questões que devem ser discutidas, pensadas e avaliadas, de forma que a real circunstância seja conhecida e a partir

daí possam ser concretizadas atitudes para que estas sejam aprimoradas conforme as condições objetivas e subjetivas da atualidade.

A partir desse pensamento é extremamente importante realizar discussões sobre a formação e a prática docente dos educadores para a alfabetização de jovens e adultos. Como, a formação do atual e futuro alfabetizador que influencia diretamente em suas qualitativas mediações pedagógica no processo alfabetizador. Imprescindível que a genuína situação da formação dos futuros educadores, suas condições reais de qualificação como também de trabalho sejam temas debatidos, pensados e repensados e que atitudes significativas e eficazes sejam feitas para que esse cenário tenham modificações positivas.

## 1.2 A FORMAÇÃO DOS EDUCADORES PARA A ALFABETIZAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

Falar em formação docente é sempre tema atual, pois evidencia o processo de construção do educador e as possibilidades de trabalho a serem efetivadas em sala de aula, e sua prática pedagógica tem como um de seus principais reflexos a possibilidade de transformação pessoal e profissional. A formação do educador para a AJA segue ainda com outro pressuposto, o de despertar em um contexto de formação a consciência crítica do educando (futuro docente) em uma proposta pedagógica que valorize a sabedoria popular, a identidade construída, a possibilidade de reconstruir novas práticas educativas a partir do saber já elaborado. É preciso a construção de um educador que esteja preparado para atuar de acordo com a realidade e necessidades da sociedade atual e ao público que irá atender. Nesse sentido, Moura (2007, p. 43-44) contribui com a seguinte formulação:

As discussões sobre a profissionalização dos(as) professores(as) e, especificamente, de jovens e adultos, no Brasil, têm ocupado um cenário de destaque a partir das últimas décadas do século passado, tornando-se cada vez mais central nas práticas educativas e nas discussões teóricas da área. Entretanto, a atuação das Universidades Brasileiras na formação inicial desses docentes tem sido muito tímida. Segundo Di Pierro (2004), com base em dados do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP 2000), existem no nosso país aproximadamente 190 mil professores atuando na área de EJA. Destes, 40% não tem formação superior - aos que se somam aos milhares de voluntários engajados em projetos de alfabetização, no meio popular. Nos dois casos, a maioria dos professores(as) tem formação inicial que deixa a desejar, tentando-se completar com a

formação continuada. Afirma a pesquisadora que, de 1306 cursos de Pedagogia existentes no Brasil (dados de 2003), apenas 16 ofereciam habilitação em EJA, de onde advém a maioria dos profissionais que atuam na EJA.

Se nos afixarmos à realidade de nossas instituições pedagógicas, o compromisso é enorme e complexo, porque encontramos em muitos de seus espaços acadêmicos uma docência não fundamentada, desumanizada, com marcada natureza informativa mais do que formativa, limitada em autocrítica, e ainda com docentes que muitas vezes trazem uma imagem desvalorizada de si mesmo: produto das condições precárias em que se realiza sua tarefa. Sendo assim, Tardif (2007, p. 13) afirma que:

(...) o saber não é uma substância ou um conteúdo fechado em si mesmo; ele se manifesta através de relações complexas entre o professor e seus alunos. Por conseguinte, é preciso inscrever no próprio cerne do saber dos professores a relação com o outro, e, principalmente, com esse outro coletivo representado por uma turma de alunos.

Atribuindo importância ao pressuposto de que os cursos de graduação em licenciatura não oferecem apropriação teórica suficiente para que sejam analisados, discutidos e experimentados elementos primordiais referentes a alfabetização de jovens e adultos e suas especificidades. Sendo assim, é necessário principalmente que as instituições que oferecem cursos que formam educadores, enfatizem em seus currículos componentes curriculares que abordem de forma candente questões sobre a alfabetização de adultos e proporcione atitudes que aproximem seus educandos à prática, realizando parcerias com outras instituições e principalmente com as turmas já existentes de educação de jovens e adultos. Dessa forma, o Parecer CNE/CEB (11/2000) vem contribuir:

As licenciaturas e outras habilitações ligadas aos profissionais do ensino não podem deixar de considerar, em seus cursos, a realidade da EJA. Se muitas universidades, ao lado de Secretarias de Educação e outras instituições privadas sem fins lucrativos, já propõem programas de formação docente para a EJA, é preciso notar que se trata de um processo em vias de consolidação e depende de uma ação integrada de oferta dessa modalidade nos sistemas.

O educador não só precisa ter acesso a uma formação inicial voltada para esse campo de educação, como também, durante sua atuação, necessita de uma formação continuada em serviço, mas para isso, é necessário repensar a formação docente, analisando o novo paradigma profissional e educacional: a formação do educador reflexivo. Os desafios atuais,

ligados ao trabalho docente, abrem caminhos à necessidade de reflexão sobre os processos de formação desse profissional, a quem se possibilita um novo modo de ser e estar na profissão. Constatam-se avanços na concepção de educação de jovens e adultos adotada pelo Ministério da educação (2011) que:

O momento é de construção de um novo desenho para a alfabetização e para a EJA como um todo, e vem sendo feito a partir de um diálogo que aponta para uma reconfiguração mais pública da educação de jovens e adultos. Quanto às concepções de EJA correntes, ainda que saiba da distância entre as formulações e as práticas, o MEC vem adotando enfoques de alfabetização e de educação de jovens e adultos mais amplos, intersetoriais, visando a incorporá-las aos sistema nacional de educação, pelo fato de não ser mais possível tratá-las de forma isolada dos sistemas de ensino (...)

Os educandos da Alfabetização de Jovens e Adultos fazem parte de um segmento da população representado por um universo grande de cidadãos sem acesso ou permanência escolar. O preparo e formação dos docentes que atuam com esses sujeitos, precisa possibilitar o desenvolvimento e a capacidade de selecionar conteúdos que tenham significados com a realidade dos educandos da AJA, utilizar procedimentos e criar alternativas que possibilitem uma atuação voltada, de forma significativa, aos alfabetizando trabalhadores.

Pensar na formação do alfabetizador envolve profissionalizar para uma função social mediadora – que intercede entre a cultura já existente e a cultura que está em construção. A Alfabetização de Jovens e Adultos tem atualmente o papel de preparar os educandos para tornarem-se cidadãos mais conscientes do mundo a sua volta, para a convivência, para pensar a realidade onde vive e para serem capazes de transformá-la. Para isso, exige educadores mediadores, que provoquem, instiguem, informem e problematizem questões sociais, como também capazes de transmutar a realidade através de suas atitudes pedagógicas.

A educação é uma prática social e por intermédio dela é possível contribuir quando aliada a processos históricos de transformações sociais com o desenvolvimento de nosso país. Dessa forma, antes de tudo é preciso que a formação dos educadores atribua a necessária importância à alfabetização de jovens e adultos, melhorando os conteúdos trabalhados, dando mais suporte teórico e trazendo a prática real das turmas de educação de adultos para a formação desses futuros educadores. Ensinando-os e mostrando-os a realidade dos sujeitos da AJA, de forma a conhecê-los, reconhecê-los, valorizá-los. Somente conhecendo esses alfabetizando é possível realizar uma prática pedagógica contribuidora e significativa, de acordo com a genuína situação social desses sujeitos. Que a prática pedagógica seja específica

para adultos diferenciando-se e distanciando-se do trabalho docente oferecido as crianças da Educação Infantil e de séries iniciais do Ensino Fundamental. Nesse sentido, Galvão e Pierro (apud OLIVEIRA 2007, p. 82) afirmam:

A consequência dessa segunda tendência de pesquisa para a educação é a de que devemos trabalhar com a realidade do aluno e que todo tipo de conteúdo cultural e modo de pensamento deve ser respeitado e incorporado ao trabalho pedagógico realizado na escola. Os grupos sociais que têm sido tradicionalmente alijados da escola também são produtores de conhecimentos e não caberia à escola impor seu próprio modo de funcionamento psicológico: o que cada indivíduo traz consigo é equivalente, em termos de valor, sofisticação e complexidade, ao que a escola tem para oferecer.

A importância de uma formação docente expressiva com uma significativa fundamentação teórica que principalmente esteja voltada a prática pedagógica, que consiga preparar o futuro profissional de educação para atuar de acordo com a real situação do público a quem o trabalho pedagógico deve ser direcionado, de forma que atenda suas necessidades de aprendizado, tornando o processo de ensinar e aprender mais contribuidor, preparando o educador um mediador que reflète sobre sua ação.

Essencial ressaltar que o alfabetizador de jovens e adultos necessita experimentar com os alfabetizados e nessa troca de experiência, aprender a lidar com as questões que envolvem o conhecimento da realidade, a valorização do saber do educando, sua leitura de mundo e experiência de vida, em um processo de ação e reflexão sobre a sua prática. Dessa forma, trabalhar com a AJA requer adequação do método pedagógico; do conhecimento construído formalmente; a valorização à história de vida dos sujeitos desse processo; e que sejam consideradas as necessidades, expectativas e anseios dos educandos. Nesse sentido, é necessário que a prática na sala de aula, crie e recrie os saberes desse cotidiano e que a mediação do conhecimento seja ao máximo enriquecedor para quem o busca.

(...) quando não leva em consideração a experiência histórica, política, cultural e social dos jovens e adultos, o educador desvincula os conteúdos escolares das vivências e saberes de seus alunos, o que pode gerar desinteresse e o futuro abandono da escola. A descon sideração dessa bagagem dos jovens e adultos não ou pouco escolarizados tem acarretado sérias distorções no atendimento nessa modalidade de ensino, conduzindo diversas ações ao fracasso. (REVISTA DE EJA, 2002, p. 48)

Ao analisar o perfil do educador da AJA vemos que historicamente um dos problemas fundamentais dos programas de Alfabetização de Jovens e Adultos refere-se à falta de

formação adequada de seus educadores. De acordo com a LDB, até 2007, todos os docentes em exercício deveriam ter licenciatura plena. Porém o número de educadores que ainda não tiveram acesso à licenciatura plena ainda é muito grande.

O que podemos observar nos programas de alfabetização de jovens e adultos é a procura em alargar, quantitativamente, as vagas na AJA para diminuir a taxa de analfabetismo em nosso país, isto é, o objetivo principal é alfabetizar o maior número de jovens e adultos possível. Porém, em meio a tentativa de propiciar o acesso desses sujeitos à escola, torna-se necessário formar docente para atuarem seara.

Podemos perceber a crescente preocupação em alfabetizar os sujeitos com marcas de negação do direito à educação. No entanto, não se leva em consideração as condições de atendimento desses educandos nas instituições ou programas em que estão inseridos, nem há uma preparação, na maioria dos casos, para a formação específica dos educadores que irão atuar nessa modalidade da educação.

Dessa maneira, observa-se a ineficácia de diversos programas e projetos relacionados a AJA em nosso país, sendo que grande parte desse fracasso corresponde a insuficiente formação dos educadores no que diz respeito à alfabetização de jovens e adultos. Diante dessa situação, não se deve julgar os educandos da AJA como incapazes de aprender ou como não alfabetizáveis. Deve-se repensar a Alfabetização de Jovens e Adultos, suas diretrizes, as condições de trabalho proporcionado pelos programas de alfabetização e, principalmente, investir na qualificação docente dos profissionais que atuam nessa modalidade da educação, articular a AJA com a EJA no sistema educacional e superar a condição de programa de alfabetização de jovens e adultos.

A formação recebida pelos alfabetizadores leigos, dado o caráter voluntário, desprofissional, normalmente por meio de treinamentos e cursos aligeirados oferecidos pelos próprios programas de alfabetização, é insuficiente para atender as demandas da educação para jovens e adultos. No entanto, a realidade da maioria dos cursos de pedagogia traz poucos componentes curriculares voltados ao ensino da prática pedagógica para a alfabetização de jovens e adultos, refletindo a falta de atenção e o despreparo na composição dos futuros educadores. Esses cursos acabam oferecendo uma formação embrionária para essa modalidade da educação, permitindo uma baixa qualificação desses docentes refletindo em um despreparo no conhecimento dos fundamentos teórico e práticos desses profissionais. Nesse sentido, para se desenvolver uma educação significativa a esse público é necessária



uma formação inicial que seja também consistente e específica para a alfabetização de adultos. Dessa forma, Haddad e Di Pierro (1994, p. 150) afirmam que:

Os professores que trabalham na educação de jovens e adultos, em sua quase totalidade, não estão preparados para o campo específico de sua atuação. Em geral, são professores leigos ou recrutados no próprio corpo docente do ensino regular. Nota-se que na área específica de formação de professores, tanto em nível médio quanto em nível superior, não se tem encontrado preocupação com o campo específico da EJA; devem-se também considerar as precárias condições de profissionalizações e de remuneração destes docentes.

O educador/alfabetizador é o agente que na sala de aula mobiliza e mediatiza a construção da base alfabética. Por essa razão, necessita estar em atualização constante, buscando alicerce nas teorias que circundam o processo de aprendizagem que sirva de subsídios para novas práticas. Dessa forma é imprescindível que este se ampare do máximo possível de conhecimento teórico e prático que sejam direcionados a alfabetização de jovens e adultos. Nesse sentido Gadotti (2001, p. 32) acrescenta que:

Ler sobre a EJA não é suficiente, é preciso entender, conhecer profundamente, pelo contato direto, a lógica do conhecimento popular, sua estrutura de pensamento em função da qual a alfabetização ou a aquisição de novos conhecimentos tem sentido.

É importante possibilitar ao educador a capacidade de refletir sobre sua atuação profissional, objetivando entender a forma como se apresentam os problemas da prática, uma vez que na Alfabetização de Jovens e Adultos há uma diversidade de situações problemáticas relacionadas aos contextos sociais, político e econômico que estão co-relacionados aos problemas do trabalho pedagógico em si. É necessário entender que o conhecimento não se aplica à ação, mas está encarnada nela; sendo assim, há conhecimento na ação.

O conhecimento é uma relação que se estabelece entre a prática e a teoria, numa forma de ver e interpretar o modo de agir no mundo. Dessa forma é imprescindível que o docente deve ser um profissional/pesquisador sobre a prática como construção contínua, pois a pesquisa é fundamental para um desenvolvimento profissional. Sendo assim, é necessário experimentar para propor novas compreensões, transformando as dificuldades encontradas no âmbito da AJA. No entanto, é fundamental que o educador tome consciência de suas ações, tenha uma visão crítica das atividades, dos procedimentos na sala de aula e dos valores culturais de sua função pedagógica e adote, além da postura de transmissor e mediador, a de investigador.

Os alfabetizadores têm um grande desafio: aprender com novos contextos, desconstruindo barreiras veiculadas pelo pensamento conservador. No entanto, respeitando os saberes da parcela da população mantida à margem do processo educativo, como maneira de enfrentamento da opressão social. A compreensão da necessidade de reformulação pedagógica ressalta a dimensão do desafio, pois só reformulando/revitalizando posturas e práticas, teorias e atividades, o docente da AJA efetivará as mudanças que dele se espera. Assim, Gadotti (2000, p. 09) afirma que:

Os educadores, numa visão emancipadora, não só transformam a informação em conhecimento e em consciência crítica, mas também formam pessoas. Eles fazem fluir o saber (não o dado, a informação e o puro conhecimento), porque constroem sentido para a vida das pessoas e para a humanidade e buscam juntos um mundo mais justo, mas produtivo e mais saudável para todos. Por isso eles são imprescindíveis.

É preciso, portanto, que o educador assuma a tarefa de mediador e transformador no processo de aprendizagem de jovens e adultos. Isto é, estar ciente de que há saberes diferente e que um não sabe mais nem menos que o outro. Por isso, essa tarefa requer estudo, reflexão constante das atividades desenvolvidas e depende, em grande medida, da formação desses educadores.

A Alfabetização de Jovens e Adultos desafia tradições e contradições que tecem o tecido da prática do educador. Apostar na continuidade do trabalho, de acordo com a formação destes, repetindo o modelo de ensino regular apenas “enxugando” conteúdos, não se adequará com a realidade que vivemos, nem tão pouco da real condição de vida do educando da alfabetização de adultos que enfrentam inúmeros obstáculos e dificuldades para continuar a sua trajetória educativa. Dessa forma, esta alfabetização não atenderá as necessidades pedagógicas de seus sujeitos, também não irá corresponder às angústias vividas por seus educadores que questionam o papel e os objetivos da educação e a qualidade do ensino/aprendizagem. Estamos em um momento de fazer escolhas. Recorremos a Monteiro (1998, p. 14) quando afirma que:

Fazer escolhas não é algo simples, optar por uma direção a seguir, diante da diversidade de caminhos que uma situação nos possibilita, significa fazer uma escolha anterior a essa, que é a “escolha” de nova postura, de nova crença. A orientação pedagógica de um professor é o reflexo de suas crenças, de seus valores, esteja ele consciente ou não disso. (...) essa postura é uma postura de compromisso, não apenas com o saber institucional ou local, mas um compromisso político, que busca no processo educacional um espaço para vozes silenciadas diante de um saber institucional dominante, que, ao se fazerem presentes, possibilitem refletir e compreender as diferentes práticas e

procedimentos, como também, ao se apropriarem de novos elementos, permita aos grupos, até então calados, eleger qual procedimento ou destino seguir.

É fato que ainda exista a visão de que exclusão e fracasso escolar de trabalhadores jovens e adultos são questões naturais e que para estes garantirem uma certificação se faz necessário oferecer um ensino “ralo”, vazio de conteúdo, significado, aplicação e articulação entre conhecimento cotidiano, aprendido na luta para garantir a sobrevivência e conhecimento acadêmico, formal. Para romper com essas visões é preciso trabalhar com a formação do educador garantindo um espaço privilegiado de discussão dentro das questões relativas às atividades de aula (atividade prática) e a leitura de textos sobre a educação de jovens e adultos (fundamento teórico). Uma formação consciente e significativa, não é só preenchida de teoria mais de muita prática, de reconhecimento dos sujeitos que compõem a Alfabetização de Jovens e Adultos, afastada de preconceitos e estereótipos. Simplificando, a prática pedagógica na AJA deve ser um trabalho voltado para a construção da autoestima, apropriação e respeito aos saberes dos educandos, em que os alfabetizadores aprendem com os alfabetizados e buscam novos conhecimentos.

O processo de ensino-aprendizagem é de muita importância para educação, e a prática docente exerce uma influência essencial e necessária nessa trajetória pedagógica. Sendo assim, esta deve se estruturar de forma mais significativa e contribuidora para quem é ofertada. A partir dessa reflexão podemos perceber o quanto é importante a formação dos educadores para uma prática pedagógica que atenda as reais necessidades a quem esta é direcionada. Sabemos que a formação profissional exerce uma influência direta na prática, e com o trabalho docente não é diferente, dessa forma, é extremamente importante que seja atribuída a atenção necessária para a formação/preparação desses futuros educadores.

## **2 A INFLUÊNCIA DA FORMAÇÃO DOCENTE NA PRÁTICA PEDAGÓGICA REALIZADA PELOS EDUCADORES NA ALFABETIZAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS .....**

Com o avanço do capitalismo industrial, a educação passou ter uma função social no processo de produção. O trabalho passou a exigir habilidades e conhecimentos necessários para um maior desenvolvimento da produtividade, assim, passou-se a procurar um trabalhador qualificado, polivalente e multifuncional, capaz de exercer várias funções na empresa com o máximo aproveitamento do tempo de produção.

A escola exerce na sociedade, a função preparatória para os trabalhadores de acordo com os interesses capitalistas. A educação além de fornecer conhecimentos, fornece mão-de-obra necessária para o avanço do sistema dominante e também molda para os interesses sociais. No entanto, os jovens e adultos não alfabetizados procuram estudar como meio de se especializarem e melhorarem em sua vida social e profissional.

Nesse contexto se encontra a formação dos educadores, que está ligada à vida política, social e econômica da sociedade contemporânea, sendo assim, a educação se encontra em permanente transformação, de forma que atenda as necessidades civis. Dessa forma, a formação docente merece atenção, esta deve acontecer em um espaço que ofereça produção de conhecimento; troca de saberes; que os estudos sejam colocados em prática, como uma forma de treinamento; fundamentos teóricos que abarquem todas as áreas que ampara e constituem a educação.

No entanto a formação inicial oferecida pelas instituições que formam educadores não enfatizam o ensino para preparação de também futuros alfabetizadores de jovens e adultos. Pois as novas diretrizes curriculares do curso de pedagogia se restringe a formação docente do 1º ao 5º ano do ensino fundamental, as outras modalidades deverão ser oferecidas em pós-graduação. Nesse sentido Machado (2008, p. 137) nos afirma que:

Não podemos esquecer que a luta em torno de nossa formação ocorre concomitantemente à luta política pelo reconhecimento da EJA e de sua importância em nossa sociedade e, principalmente, no meio educacional. Sem ocupar esse lugar, a Educação de Jovens e Adultos não consegue mostrar para as universidades que ela merece ter um espaço na formação generalista dos futuros professores e nem mostrar,

para os gestores e executores da formação continuada, a necessidade de atualização dos profissionais que nela atuam.

Essa situação pode ser explicada em parte, devido a própria história de luta da Educação de Jovens e Adultos no Brasil como um todo, sendo assim, também da AJA e a concepção de que a educação oferecida para os sujeitos não escolarizados em idade própria acontece de forma compensatória e aligeirada.

Uma das preocupações da educação oferecida aos jovens e adultos é a formação de seus alfabetizadores, em grande maioria se resume até o ensino médio com o curso formal (magistério) demonstrando uma insuficiente qualificação e preparação dos educadores que atuam na alfabetização de jovens e adultos. Contribuindo Haddad e Di Pierro (1994, p. 15) declaram:

Em geral, são professores leigos ou recrutados no próprio corpo docente do ensino regular. Note-se que na área específica de formação de professores, tanto em nível médio quanto em nível superior, não se tem encontrado preocupação com o campo específico da EJA; devem-se também considerar as precárias condições de profissionalização e de remuneração destes docentes.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996), em sua Seção V, da Educação de Jovens e Adultos declara em seu artigo 37, que esta “(...) será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria”. Em seu primeiro parágrafo do artigo 37 deixa claro que “Os sistemas de ensino assegurarão gratuidade aos jovens e aos adultos, que não puderam efetuar os estudos na idade regular, oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames”. Em seu segundo parágrafo do mesmo artigo esclarece que “O poder público viabilizará e estimulará o acesso e a permanência do trabalhador na escola, mediante ações integradas e complementares entre si”. É possível perceber que pela lei a educação para jovens e adultos deve ser garantida a todos que não tiveram acesso ou permanência a escola, oferecida de acordo com a genuína situação de vida e trabalho dos educandos, no entanto não é o que acontece nas turmas de alfabetização de adultos. Completando, Paiva e Oliveira (2009, p. 135) afirmam que:

O campo da educação de jovens e adultos está repleto de desafios. Um deles é a contradição entre as leis que regem a área: Constituição, Lei de Diretrizes e Bases da Educação, Parecer da Educação de Jovens e Adultos do Conselho Nacional de Educação, que apresentam avanços

e garantem direitos constitucionais, e as políticas governamentais de caráter compensatório, que atribuem à educação de jovens e adultos um papel menor. Outro desafio é a relação entre o tempo necessário para uma formação de qualidade e a aceleração nos processos tanto os de formação dos professores, como os de aprendizagem dos alunos. No caso destes, principalmente pela pressão do mundo do trabalho. Mas, o maior desafio é tentar responder a essas determinações na perspectiva de uma educação emancipatória, com o devido respeito que alunos e professores merecem.

Foi na LDB, reafirmada nas Diretrizes Curriculares Nacionais que oficialmente a Educação de jovens e Adultos foi reconhecida como uma modalidade da educação. Porém, a realidade da AJA é marcada por ser um tempo formativo diferente, contribuindo para um perfil de educação com atendimento baseado no assistencialismo e no voluntariado.

O parecer CNE/CEB nº 11/2000 (Brasília- DF, 10/05/2000) atribui a educação de jovens e adultos, como um todo, três funções julgadas básicas: a primeira está ligada a “função reparadora”: uma forma de resgate da dívida histórica do país, procurando a volta dos jovens e adultos ao sistema regular de ensino; a segunda, “função equalizadora”: forma de garantir o cumprimento do princípio da política da igualdade, que a educação é direito de todos; e a terceira, “função permanente”: também conhecida como função qualificadora, que tem como objetivo a inclusão social e garantia a inserção e permanência do jovem e adulto no mercado de trabalho.

A educação de jovens e adultos ascende à condição de modalidade, fixada na LDB 9394/96 e no Parecer CNE/CEB nº 11/2000 e na Resolução CNE/CEB nº 01/2000, passando a exigir das instituições formadoras mais responsabilidades com o processo de formação inicial e continuada dos educadores de jovens e adultos no Brasil. No entanto o que está prescrito no Parecer, não acontece na realidade do contexto dessa modalidade da educação. O que se percebe é o grande número de educandos evadidos, jovens e adultos excluídos do meio social e ainda o caráter dual da educação na sociedade de classes: uma voltada para a classe dominante e outra voltada para a classe trabalhadora.

Segundo este mesmo Parecer, para que o poder cumpra com as funções que foram responsáveis, a educação de jovens e adultos, como um todo, precisa ser pensada como “um modelo pedagógico próprio” que garanta no processo da prática docente a relação entre educador e educando, e também educando e o processo de ensino-aprendizagem, também garanta a inclusão de estratégias de valorização da experiência de vida, tanto social, como cultural e profissional, para dessa forma possibilitar a criação de situações pedagógicas que atenda as necessidades de aprendizagem dos alfabetizando jovens e adultos.

No entanto, a situação social marcada pela desigualdade da sociedade brasileira, impede que milhões de jovens e adultos oriundos das camadas populares ingressem e concluam a sua escolarização básica, obrigando-os a buscar recursos necessários para o seu sustento que proporcione sua sobrevivência e assim de sua família no mundo do trabalho, cercado por precárias situações trabalhistas, incertezas, inseguranças, dificuldades e riscos, sendo que a exclusão e o preconceito são constantes.

Os jovens e adultos que sofrem com a negação do direito à educação encontram-se com a necessidade de sobreviver em uma sociedade tão desigual e, conseqüentemente, depara-se em situação de desemprego, do subemprego e da informalidade. Contudo, a formação dos educadores tornou-se um dos problemas da AJA, como um campo pedagógico específico e com suas particularidades, precisa unir a teoria com a prática do pensar e do fazer com a realidade social que esses jovens e adultos estão inseridos. Dessa forma, Moura (2007, p. 44) nos esclarece que:

(...) a formação de educadores de jovens e adultos pressupõe que algumas questões sejam revisitadas, como: a trajetória dessa formação na história da educação brasileira e dentro dela o tratamento legal que lhe é destinado; a oferta de cursos de formação básica em nível de ensino médio e de formação em cursos de graduação e pós-graduação; as experiências de formação continuada no âmbito das instituições educacionais formais e informais; as especificidades dos alunos jovens e adultos e as exigências para a formação básica dos educadores (...)

O entendimento de formação como algo externo ao sujeito e que se localiza somente no conhecimento ou no que se transmite este, por mais que este seja atual, é limitado; a formação dos educadores da AJA tem suas especificidades. Essa formação ainda se dá a partir das inquietações que os docentes possuem com a sua prática, das questões que dela surgem e da procura de respondê-las, constituindo um modelo de formação continuada de forma solitária e insuficiente, sem a orientação necessária e adequada para o entendimento das necessidades de aprendizado dos sujeitos que compõem a alfabetização de adultos. Machado (2008, p. 75) contribui que:

No que se refere à formação de educadores de jovens e adultos, especificamente, podemos dizer que ela não contempla só os saberes. Com base no perfil do educando e com base no perfil do formador, essa formação supõe contemplar também a compreensão das necessidades, características e especificidades da educação de jovens e adultos. E, para mim, aí está o grande desafio.

O educador precisa repensar sobre a sua formação em todos os momentos de sua prática, a fim de aperfeiçoá-la constantemente, com o objetivo de melhorar o seu trabalho pedagógico, uma vez que, podemos e devemos aprender continuamente para que seja possível acompanhar e agir sobre as necessidades trazidas pelos seus educandos.

É real que existe carência de uma política de formação específica para trabalhar com jovens e adultos, mas, principalmente, de um processo de formação e auto formação permanente. Em que a preparação docente integrada à prática na sala de aula se encontre em um contínuo processo de ação – reflexão – ação, no qual encontre como seu conteúdo a prática pedagógica juntamente com o conhecimento teórico.

Importante ressaltar que a formação dos educadores, em destaque da Alfabetização de Jovens e Adultos, não deve limitar-se à formação inicial, é preciso que existam condições para que os docentes possam reconstruir sua prática pedagógica, permitindo assim a articulação entre essas duas modalidades de formação, a inicial e a continuada. Nesse sentido Albuquerque e Leal (2006, p. 21) acrescentam:

É fundamental, portanto, valorizar a experiência do professor em formação: deve-se partir dos conhecimentos e experiências já acumuladas pelo profissional no exercício de sua função ou no desempenho do papel de aluno, bem como na vivência como leitor e produtor de textos.

Uma das características da formação continuada é preencher lacunas deixadas pela formação inicial, que proporcione um desenvolvimento profissional e pessoal dos educadores, para ser possibilitada uma ação transformadora nas práticas pedagógicas desses alfabetizadores. Importante ressaltar a atenção e preocupação necessária que a formação continuada dos educadores da AJA precisa, para que esta seja complementar, significativa e bastante contribuidora e não tenha características de um treinamento. Machado (2008, p. 81) completa:

Para que a formação dos educadores e educadoras de fato seja formação, e não instrução ou treinamento, é fundamental a constituição de coletivos de educadores(as) de EJA, com espaços e tempos garantidos para que isto ocorra diante das especificidades dessa modalidade educacional. Para que esses coletivos se estabeleçam, devem-se criar condições para a eliminação da enorme rotatividade de seus profissionais, com uma proposta de dedicação exclusiva a uma escola ou modalidade, com tempos específicos para a formação – ao invés de 40/60 horas de trabalho em três ou mais escolas. Essa condição permitiria conhecer melhor a comunidade escolar, o entorno da escola e suas relações. Além disso, a partir do



coletivo de educadores(as), surgiriam diferentes olhares, pesquisas, problematizações e articulações para a prática pedagógica em uma determinada escola ou modalidade.

A formação continuada deve proporcionar o desenvolvimento dos docentes e tendo como objetivo a produção profissional e pessoal do educador, influenciando diretamente no desenvolvimento da turma em sala de aula e assim da escola como principal instituição responsável por algumas das questões relacionadas à educação em nosso país. Nesse sentido Nóvoa (1995, p. 30-31) afirma:

[...] implica a mudança dos professores e das escolas, o que não é possível sem um investimento positivo das experiências inovadoras que já estão no terreno. Caso contrário, desencadeiam-se fenômenos de resistência pessoal e institucional, e provoca-se a passividade de muitos actores educativos. É preciso conjugar a “lógica da procura” (definida pelos professores e pelas escolas) com a “lógica da oferta” (definida pelas instituições de formação), não esquecendo nunca que a formação é indissociável dos projectos profissionais e organizacionais.

É preciso reconhecer o valor da formação docente e a grande influência que esta exerce diretamente no processo de ensino/aprendizado dos alfabetizados e dessa forma, na qualidade da educação oferecida.

É necessária muita atenção a cerca da formação inicial e continuada dos educadores e principalmente na oferta a uma formação docente significativa, qualificada, em constante contato com a realidade e que seja baseada na ligação entre a fundamentação teórica e a prática. Que seja uma formação que proporcione aprendizado significativo em todas as áreas da educação, para que o educador tenha uma formação inicial com o máximo conhecimento possível para que possa atuar em qualquer modalidade da educação.

Nesse sentido, é importante conhecer os sujeitos que compõem a Alfabetização de Jovens e Adultos e para isso a entrevista com os alfabetizados e alfabetizadores da AJA veio completar e aprofundar os estudos em relação a realidade da condição de vida, o processo de ensino-aprendizagem e as necessidades dos alfabetizadores como dos alfabetizados da determinada modalidade.

## 2.1 O INTERESSE PELA PESQUISA

Foi partindo de uma experiência com alfabetização de jovens e adultos que fui instigada a aprender mais sobre essa modalidade da educação. Quando me deparei a frente de uma turma de AJA e um quadro negro para trabalhar senti uma enorme insegurança e percebi o meu despreparo na prática com jovens e adultos. Tive muitas dificuldades em mediar o conhecimento para esse público. Sabia que ali, sentados naquelas cadeiras, não estavam crianças e sim pais e mães de família, jovens e adultos que trabalham duro o dia todo e que no final do dia o cansaço e o desânimo tomavam conta do seu corpo e da sua mente. Sendo assim, tinha vontade de apresentar aos meus educandos algo diferente, atraente, que prendesse a atenção deles, que sentissem vontade de participar e interagir, que achassem interessante, que atendessem as suas necessidades de aprendizagem e que assim, a extenuação e a baixa autoestima não encontrassem espaço.

Porém a ausência de prática na alfabetização com jovens e adultos e o pouco preparo vivenciado na faculdade acabou tendo reflexos, fiquei em uma situação que não sabia o que ao certo fazer. Nesse momento senti que, mesmo meu curso oferecendo componentes curriculares que trabalhavam com a EJA e assim com a AJA, o que foi oferecido não foi satisfatório. Percebi que precisava de mais fundamento teórico e principalmente vivência com a prática, pois o trabalho com os jovens e adultos é bastante diferente do realizado com crianças. Constatei que meu curso enfatiza a Educação Infantil e séries iniciais do Ensino Fundamental e oferece de forma minoritária e insuficiente componentes curriculares que trabalham com a educação para jovens e adultos, deixando, nós futuros educadores, despreparados com a prática pedagógica realizada nessa modalidade da educação. Foi pesquisando que cheguei a conclusão de que essa não era somente a minha realidade, mas de muitos alfabetizadores de jovens e adultos, enfim a real situação da maioria dos cursos de pedagogia que formam futuros educadores.

Porém a falta de experiência nessa modalidade da educação aguçou a vontade de pesquisar e oferecer aos meus alfabetizando aquilo que estes buscavam e necessitavam aprender, de forma que não os desrespeitassem, desvalorizassem, nem os menosprezassem tratando-os como crianças crescidas.

### 3.2 A ENTREVISTA COM OS SUJEITOS DA AJA

Foi através dessa experiência que surgiu a vontade de entender a real situação da Alfabetização de Jovens e Adultos em nosso país, a formação inicial dos educadores, a preparação dos atuais e futuros alfabetizadores e sua prática pedagógica em sala de aula. Realizei entrevistas com os sujeitos da AJA, em três escolas que oferecem turmas de alfabetização de jovens e adultos pela noite, duas escolas eram públicas e uma privada. Conversei com muitos educandos e educadores da devida modalidade da educação, entrevistei dez alfabetizandos e sete alfabetizadores, procurando entender a realidade desses sujeitos.

As entrevistas foram realizadas nas duas primeiras semanas do mês de novembro do ano de 2010, começando no dia 01/11/2010 (segunda-feira) e terminando em 12/11/2010 (sexta-feira), durante esse tempo visitei todas as noites essas escolas conversando e entrevistando educandos e educadores da AJA. A pesquisa foi muito contribuidora e os diálogos acrescentaram muito aos meus estudos.

Com os educadores além da conversação entreguei um questionário de entrevista para cada um deles, em que as questões foram discutidas entre nós, contendo perguntas sobre a formação e a prática pedagógica dos mesmos para a alfabetização de jovens e adultos.

Para os educandos da AJA foi também realizado uma conversa e um questionário de entrevista, como ainda estes se sentiam inseguros em escrever alegando erros ortográficos, ou que a letra ainda é feia e também que escrevem muito lento, preferiram então, que as questões fossem faladas e as respostas passadas no papel por mim, diante dessa circunstância a proposta foi aceita. As questões são sobre suas realidades, o que estes buscam estudando e suas opiniões a respeito da prática de seus educadores e da real circunstância da alfabetização de jovens e adultos em nosso país. Os alfabetizandos fizeram muitas confissões e expressaram seus sentimentos enquanto a situação e o preconceito sofrido por eles e pela Alfabetização de Jovens e Adultos no Brasil. A conversa além de muito significativa foi também emocionante.

Para poder compreender melhor sobre o tema da determinada pesquisa foi de extrema necessidade e importância ouvir os sujeitos da AJA sobre a realidade destes, dessa forma foi possível perceber a autêntica condição a respeito das questões do devido estudo.

### 2.3 OS ALFABETIZADORES DA AJA E SUA REALIDADE QUANTO A FORMAÇÃO E PRÁTICA PEDAGÓGICA

O diálogo com os educadores da AJA veio complementar com os estudos por mim realizados nessa área. Através do diálogo aberto e da entrevista aplicada foi possível compreender muitas questões sobre a formação e o trabalho dos alfabetizadores de jovens e adultos.

Das sete alfabetizadoras que responderam ao questionário, duas afirmam ter cursado faculdade de pedagogia, duas relatam ter apenas a formação do ensino médio sem o curso normal e três declaram ter o ensino médio completo com a formação de magistério. A alfabetizadora número 5 declara: “Eu não tive formação e ainda falto terminar o segundo grau”; a alfabetizadora número 7 também afirma: “Nunca fiz nenhum curso para me preparar”; a alfabetizadora número 4 relata que: “Trabalhar com alfabetização de jovens e adultos é muito diferente de alfabetização de crianças. Eu nunca fiz faculdade, mas meu curso de magistério não deixa agente preparado não, até trabalha com a Educação de Jovens e Adultos, mas não de forma que nos deixe preparada”; a alfabetizadora número 6 diz:

Eu só fiz magistério e o meu curso falava de ensino para jovens e adultos, trabalhava questões relacionadas a essa área mas o enfoque era para o ensino de crianças, então por experiência própria posso dizer que não prepara e enquanto as faculdades não posso dizer ao certo, mas acho que também não, pois a alfabetização de adultos é muito esquecida.

A alfabetizadora número 3 ainda completa que:

Desde nova meu sonho era ser professora, cursei a magistério na época, e desde então não parei de ensinar, mas eu posso falar que não me preparou para ensinar adultos não, e alfabetizar muito menos, a prática é quem ensina.

Quatro entrevistadas afirmam que tinham o desejo de trabalhar com jovens e adultos, três não demonstraram o mesmo, declaram que começaram a trabalhar com jovens e adultos porque foi a oportunidade que encontraram. Dentre as alfabetizadoras que preencheram o questionário, todas confirmam que tiveram muitas dificuldades no início com a prática na sala de aula, disseram que se sentiram perdidas e despreparadas, pois o curso de formação inicial não ofereceu fundamentos teóricos e vivência na prática necessário para prepará-las como alfabetizadoras de jovens e adultos. Foram as experiências adquiridas ao longo do tempo com a prática que proporcionou aprendizado no trabalho com a AJA.

As dificuldades enfrentadas por falta de uma formação adequada foram muitas, porém a ajuda dos próprios educandos colaborou para que as alfabetizadoras vencessem tais dificuldades. Declaram que o curso em que estudaram não ofereceu uma formação significativa para a

atuação na modalidade de alfabetização e educação de jovens e adultos, comprometendo a qualidade no trabalho docente para/com esses sujeitos.

A maioria das alfabetizadoras entrevistadas assinalam que observaram em seu curso o grande enfoque a Educação Infantil e a falta de atenção com a educação destinadas aos jovens e adultos, preparando-os assim ao trabalho com crianças, e não preparando-os adequadamente para o trabalho com a AJA e a EJA, sendo assim, a formação/preparação para a atuação com jovens e adultos acontece de forma muito superficial deixando a realidade teórica e principalmente prática dessa modalidade da educação distante da formação dos atuais e futuros educadores.

Dessa forma, quando tais alfabetizadoras relataram sobre sua prática pedagógica na sala de aula, a maioria afirmou que a embrionária formação para essa modalidade da educação comprometeu muito no desempenho e rendimento com o trabalho docente. Como as dificuldades foram muitas, a prática proporcionou muito aprendizado. Sendo assim, a alfabetizadora número 7 afirma: “Eu procuro fazer coisas diferentes, que eles gostem, sempre pergunto o que eles querem saber, pois assim eles me ajudam nas aulas. Eu tento ser boa professora”. As docentes afirmaram que perguntavam aos seus educandos o que estes queriam aprender e como queriam que fossem as aulas. No entanto, a ajuda dos alfabetizandos, o trabalho na sala de aula, e os estudos forçados que tiveram que realizar sobre a AJA, foi possível oferecer uma educação mais direcionada e significativa para os jovens e adultos. A alfabetizadora número 1 relata: “Para a alfabetização de jovens e adultos a minha faculdade não prepara ninguém. Fala muito de educação infantil e pouco fala de EJA e de AJA. No início eu tive inúmeras dificuldades de trabalhar com adultos”.

Porém, mesmo com todas as dificuldades, a grande parcela das alfabetizadoras entrevistadas afirmam que procuram oferecer o melhor. Preocupam-se com o conteúdo e com a forma que este é trabalhado em sala de aula; que os conhecimentos trazidos pelos educandos são sempre considerados e até mesmo tema de aula; procuram afastar a prática da Educação Infantil da realidade da AJA, assim, a alfabetizadora número 1 declara que:

Antes por ter dificuldade de trabalhar com alfabetização para adultos, eu confesso que ensinava com métodos e atividades que são para crianças. Mas hoje, com a experiência que adquiri e os cursos que fiz, sei que não se deve trabalhar assim e direciono a alfabetização de acordo com os alunos, que são adultos e não crianças.

A parcela significativa das alfabetizadoras que participaram da entrevista ainda afirmam que buscam utilizar palavras e assuntos do cotidiano dos educandos para serem trabalhados em sala de aula. Tornando os conteúdos discutidos próximos a vida destes; preocupam-se em realizar uma prática pedagógica dinâmica, com utilização de vários tipos de materiais, principalmente o que são comuns aos alfabetizandos; e que a participação e a satisfação destes são fundamentais. A alfabetizadora número 1 quando questionada se preocupa-se com a opinião dos alfabetizandos da AJA e com o que estes estão buscando em seu aprendizado, responde que: “Tudo que eles trazem para a sala de aula, para mim é muito importante”.

Quando as alfabetizadoras foram questionadas se fizeram algum curso de formação continuada, ou algum curso especializado para a educação de jovens e adultos apenas a alfabetizadora número 1 responde positivamente, afirmando que: “Eu fiz um curso especializado para AJA. O curso me ofereceu muito suporte teórico e prático para eu poder trabalhar com a alfabetização de adultos”.

Diante do que foi relatado pelas alfabetizadoras podemos perceber a incipiente assistência dos cursos que formam educadores quando se trata da realidade da Alfabetização de Jovens e Adultos e também a falta de preparação dos docentes que atuam com essa modalidade da educação. A insuficiente formação destes reflete em sua prática pedagógica, proporcionando muitas dificuldades quando vão para a sala de aula. Porém a qualificação desses futuros educadores não deve somente as faculdades de pedagogia, esse é um problema que deve ser resolvido a partir do Ministério da Educação, responsável por todas as questões relacionadas à educação em nosso país.

Quando as alfabetizadoras entrevistadas foram indagadas sobre o que estas achavam dos cursos na área de educação no que diz respeito à capacitação/preparação dos futuros educadores na modalidade de Alfabetização de Jovens e Adultos, declaram as seguintes respostas:

Na minha opinião as faculdades de pedagogia precisa melhorar muito no que diz respeito a preparação dos futuros docentes em relação a EJA e, principalmente à AJA. (Alfabetizadora número 1)

Precisa ser revisto a currículo dos cursos oferecidos para formação de professores enquanto a educação de jovens e adultos e principalmente a alfabetização de adultos. (Alfabetizadora número 2)

Precisa melhorar e muito. Se eu tivesse uma formação mais voltada para essa área eu não teria as dificuldades que eu tive e ainda tenho. (Alfabetizadora número 3)

Eu acho que deve melhorar, deve considerar mais o ensino direcionado à adultos, pois fala muito de crianças e pouco de adulto, pelo menos meu curso de magistério foi assim. (Alfabetizadora número 4)

Eu não sei, nunca fiz magistério e nem faculdade, mas deve ser bom, pois tudo hoje em dia é faculdade. Eu quero muito fazer uma. (Alfabetizadora número 5)

Precisa melhorar, o ensino para adultos é uma área que sofre muitos preconceitos, os alunos são mal vistos e o ensino para esses alunos é desvalorizado, a sociedade tem muito preconceito com adulto que não sabe ler nem escrever. (Alfabetizadora número 6)

Eu não sei responder direito, mas como tudo sobre educação nesse país tem que melhorar. (Alfabetizadora número 7)

A formação docente deve ser repensada e reavaliada, pois é preciso formar um educador que saiba atuar em todas as modalidades da educação, pois a formação pedagógica não deve ser voltada somente para a atuação com crianças, mas também para trabalhar com jovens e adultos. Afinal a educação é um direito de todo cidadão brasileiro.

A Alfabetização de Jovens e Adultos sofrem muitas dificuldades, dessa forma é interessante procurar conhecer e compreender a realidade dos sujeitos dessa modalidade da educação, é imprescindível considerar a autêntica situação dos alfabetizadores como também dos alfabetizandos da AJA.

#### 2.4 OS ALFABETIZANDOS DA AJA: A REALIDADE DESSES SUJEITOS

A vida dos educandos da Alfabetização de Jovens e Adultos é marcada por muitas dificuldades e preconceitos, vulnerabilidades materiais e sociais. Estudar para esses sujeitos é um desafio, mas a vontade de aprender a ler e escrever, de poder assinar o próprio nome, faz com que a educação para os jovens e adultos seja uma oportunidade de melhorar nos aspectos: pessoal, social e profissional.

Os jovens e adultos demonstraram através do diálogo construído, a dificuldade e os preconceitos enfrentados por serem adultos não alfabetizados em uma sociedade em que a leitura e a escrita são fundamentais para um convívio social e profissional. Dos dez alfabetizandos entrevistados, sete afirmam que não estudaram em idade própria porque tiveram que ajudar de alguma forma nas despesas da família, trabalhando ou cuidando da casa

e dos irmãos mais novos, o alfabetizando número 2 declara que: “Eu tive que cuidar dos meus irmãos enquanto minha mãe trabalhava, eu que cuidava da casa”; alfabetizando número 6: “Eu trabalhava desde menina e não pude estudar. Isso ficava para os filhos dos ricos”; alfabetizando número 3: “O trabalho, eu desde menino tinha que ajudar meu pai”; alfabetizando número 7: “Eu era da roça e tinha que ajudar minha mãe na plantação e cuidar dos meus irmãos e da casa”.

Dois alfabetizandos afirmam que não davam importância aos estudos, porém agora, depois de adulto, a necessidade e a vontade de conquistar um melhor emprego fizeram compreender a importância de estudar, o alfabetizando número 8 declara que: “Nem sempre tive vontade de estudar não, minha mãe que falava, mas agora eu vejo que é importante”; o alfabetizando número 9 relata: “Eu nunca gostei de estudar, mas as coisas tá difícil e só estudando para poder ter um trabalho melhor”; o alfabetizando número 10 declara que o motivo que provocou o seu abandono aos estudos foi outro: “Eu tive um acidente quando criança e parei de estudar, agora estou voltando à escola. Eu sempre quis voltar a estudar, mas não podia, eu via meus irmãos indo à escola e eu queria ir também.”.

A dificuldade é característica na vida dos educandos da Alfabetização de Jovens e Adultos, a vida humilde e a responsabilidade de ajudar a família levaram esses sujeitos a escolherem o trabalho desde cedo, deixando a escola para segundo plano, ou até mesmo como algo fora do alcance, pois a necessidade de garantir a sobrevivência era mais importante e a escola uma realidade distante.

Os preconceitos enfrentados pelos alfabetizandos jovens e adultos são inúmeros, o pensamento de que quando adulto se perde a capacidade de aprender, que o tempo de escola já passou, afirmam ainda mais o preconceito sofrido por estes. A maioria dos alfabetizandos entrevistados declaram que não voltaram antes estudar por medo do que os vizinhos, amigos e conhecidos iriam falar. Tudo isso somam como um conjunto de dificuldades para os alfabetizandos da AJA.

Quando questionados sobre o que os motivaram a estudar novamente, ficou registrado nas respostas que a vontade de aprender e dessa forma melhorar de vida são os fatores principais que suscitaram os jovens e adultos voltarem aos estudos. Os educandos não alfabetizados alimentam a esperança de se aperfeiçoarem pessoal e profissionalmente, conquistarem um bom emprego e através deste poderem ter uma condição financeira e social melhor e mais digna. O alfabetizando número 8 declara: “Hoje vejo que estudar é muito importante, pois



para ter um trabalho melhor tem que estudar”; alfabetizando número 9: “Pra tudo o estudo é importante, eu que nunca quis ter consciência disso, se eu tivesse estudo eu ia ter outra vida”; alfabetizando número 10: “Para mim, estudar é a coisa mais importante pois é através do estudo que você consegue um emprego melhor e conquistar as coisas que quer”; alfabetizando número 1: “Para você ter alguma coisa nessa vida é preciso antes de tudo ter o estudo”; alfabetizando número 6: “Estudar é tudo, até mesmo pra ficar esperto e não deixar ninguém passar a perna na gente”; alfabetizando número 7: “É a única coisa que não se tira da gente porque até o dinheiro vai embora, mas o saber ninguém arranca da gente”.

Os sujeitos entrevistados afirmam que para eles, o dia-a-dia que deveria ser algo simples torna-se complicado, pois as dificuldades em realizar atividades como: fazer compras, pegar um ônibus, preencher um documento, pagar uma fatura, tornavam-se atividades complicadas. Foram também as dificuldades cotidianas que impulsionaram na decisão de voltar a estudar e aprender a ler e escrever.

Quando questionados sobre o que achavam da real situação da Alfabetização de Jovens e Adultos em nosso país, se achavam que a AJA é bem assistida pelos poderes públicos e pela sociedade, os alfabetizandos desabafam que se sentem desvalorizados e esquecidos. Os depoimentos dos alfabetizandos entrevistados mostram que:

Os ricos e os políticos não gostam de pobre, ainda mais se for analfabeto. Agente sofre muito, mas eu não desisto de estudar. (Alfabetizando número 1)

As pessoas tem preconceito com quem não sabe ler e assim somos esquecidos pela sociedade. (Alfabetizando número 2)

Nós somos esquecidos, ninguém olha para agente. Rico não quer saber de pobre não. (Alfabetizando número3)

É difícil ter alguém que olhe por nós. As pessoas pensam que porque estamos já velhos não aprendemos mais, que só criança que aprende. (Alfabetizando número 4)

O povo analfabeto é muito esquecido, é tratado que nem bicho. (Alfabetizando número 5)

O povo é esquecido e se for analfabeto é bem pior. (Alfabetizando número 6)

As pessoas não olham para agente não, um bando de adulto e velho que não sabe ler. As pessoas só dá atenção a ensinar as crianças a ler. (Alfabetizando número7)

As pessoas não querem saber de pobre não e só quem estuda na alfabetização de noite é pobre. (Alfabetizando número 8)

Na verdade somos esquecidos, chamados de burros, somos muito maltratados. (Alfabetizando número9)

Com toda certeza não, nós que não sabemos ler e nem escrever somos tratados como lixo, então ninguém vai investir na gente se não ver agente de outra forma. (Alfabetizando número 10)

Essas declarações traduzem o que os sujeitos da Alfabetização de Jovens e Adultos sentem ao serem desrespeitados e desconsiderados pela sociedade por serem cidadãos não alfabetizados. Sabemos que a AJA é ofertada mediante ações paliativas, em forma de programas do governo e não através de políticas do Estado, dificultando melhorias na fidedigna situação dessa modalidade da educação em nosso país.

Quando foram perguntados sobre a prática dos alfabetizadores em sala de aula, afirmam que os mesmos demonstraram dificuldade com a prática pedagógica, e quando questionados se se sentem satisfeitos com as aulas e com os conteúdos trabalhados pela alfabetizadora, os alfabetizandos declaram que:

Depois que ela mudou sim, e pretendo que ela mude mais, pois antes as atividades que ela passava parecia até as atividades de minhas afilhadas. (Alfabetizando número8)

Antes era chato que muitos colegas desistiu, mas depois ficou bom e teve alguns que voltaram para escola quando soube que tava bom. E agora tá tudo ok. (Alfabetizando número 6)

Tô satisfeito sim é só ela não ensinar agente como se agente fosse criança. (Alfabetizando número 7)

Sim, ela antes ensinava agente que nem criança, mas agora ela mudou e ficou tudo bom. (Alfabetizando número 5)

A desqualificação, a embrionária formação docente para a alfabetização de jovens e adultos, influencia diretamente na qualidade da educação ofertada e no interesse dos alfabetizandos. A qualificação dos docentes é extremamente importante, além de atenção, precisa de uma reavaliação e reformulação para que o currículo dos cursos de pedagogia consiga também atender as necessidades de aprendizagem e a realidade dos educandos da AJA e como também dos alfabetizadores que farão parte dela. A formação dos educadores não é o único problema da atual condição da educação em nosso país, porém, com certeza, é uma das grandes raízes dessa situação, como também a desvalorização e a má remuneração destes principalmente nos programas de alfabetização.

Para tanto, é preciso ter consciência da influência da formação inicial dos futuros educadores em seu trabalho docente e este, no processo de ensino-aprendizagem na alfabetização de

jovens e adultos. Nesse sentido, é imprescindível que a prática pedagógica seja contribuidora e significativa para quem é destinada, para isso é preciso conhecer os educandos da AJA e suas necessidades de aprendizagem para que o trabalho em sala de aula possa atender o que é indispensável à alfabetização de jovens e adultos.

### 3 AS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS SIGNIFICATIVAS PARA A ALFABETIZAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS .....

Início este capítulo discutindo sobre alguns conceitos ligados a alfabetização. Geralmente, quando pensamos em alfabetização surgem dúvidas sobre o analfabetismo, este, é uma realidade na maioria dos países subdesenvolvidos. Os indivíduos não alfabetizados são vistos de forma marginalizada, como um dos motivos que comprometem o exercício pleno da cidadania e do desenvolvimento socioeconômico do país. Segundo Mortatti (2000, p. 17):

(...) o analfabetismo foi-se constituindo, especialmente ao longo do século XX, como um problema não apenas político, mas também social, cultural e econômico, acentuando-se as atitudes de discriminação e marginalização em relação ao analfabeto, sob o argumento que ele era incapaz.

Lagos (1990, p.16) traz um conceito de Magda Soares sobre analfabetismo, em que diz: “Analfabeto é aquele que não usufrui do mundo da escrita, por não ter habilidades ou por tê-las, mas não usá-las, por não poder ou não querer fazê-lo”. Assim, é papel do educador proporcionar ao educando possibilidades de adquirir essas habilidades e incentivá-lo a querer usá-la, pois somente assim, a alfabetização acontecerá de forma significante.

Soares (2003, p.15), diz que alfabetização é “em seu sentido próprio, específico: processo de aquisição do código escrito, das habilidades de leitura e escrita”. Além disso, a mesma autora (2008, p. 16) afirma que “a alfabetização é um processo de representação de fonemas em grafemas, e vice-versa, mas é também um processo de compreensão/expressão de significados por meio do código escrito”. Assim, é preciso reconhecer a alfabetização como processo sistemático de educação e não somente de aprendizagem da escrita alfabética.

Na Conferência Internacional de EJA, a UNESCO (1999, p. 23) afirma que a alfabetização passa ser concebida como:

(...) conhecimento básico, necessário a todos num mundo em transformação; em sentido amplo, é um direito humano fundamental. Em toda a sociedade, a alfabetização é uma habilidade primordial em si mesma e um dos pilares para o desenvolvimento de outras habilidades. Existem milhões de pessoas, a maioria mulheres, que não têm a oportunidade de aprender (...) a Alfabetização tem também o papel de promover a participação em atividades sociais, econômicas, políticas e culturais, além de ser requisito básico para a educação continuada durante a vida.

Pode-se considerar então, a alfabetização como o aprendizado do alfabeto e de sua utilização como código de comunicação, sendo definida como um processo no qual o sujeito constrói a gramática e suas variações, não se resumindo apenas à aquisição das habilidades mecânicas (codificação e decodificação) do ato de ler, mas da capacidade de interpretar, compreender, criticar, resignificar e produzir conhecimentos. A alfabetização envolve ainda o desenvolvimento de novas formas de compreensão e uso da linguagem de uma maneira geral, promovendo a socialização dos sujeitos, já que possibilita o estabelecimento de novos tipos de trocas simbólicas com outros, acesso a bens culturais e a facilidades oferecidas pelas instituições sociais. A alfabetização é um fator propulsor do exercício consciente da cidadania e do desenvolvimento da sociedade como um todo. Soares (2003, p. 18) afirma que:

(...) uma teoria coerente da alfabetização deverá basear-se em um conceito desse processo suficientemente abrangente para incluir a abordagem “mecânica” do ler/escrever, o enfoque da língua escrita como um meio de expressão/compreensão, com especificidade e autonomia em relação à linguagem oral, e, ainda, os determinantes sociais das funções da aprendizagem da língua escrita.

Pensando no código escrito, percebe-se então, que seu processo de descoberta pelo indivíduo é mediado pelas significações que diversos tipos de discursos exercem, ampliando seu campo de leitura através da alfabetização.

A alfabetização é um processo de natureza complexa e está cercada por sentidos diversos e distintos. Assim, é papel do educador/alfabetizador perceber que qualquer sistema de comunicação escrita é profundamente marcado por atitudes e valores culturais, pelo contexto social e econômico em que é usado, sendo diferente em cada contexto e, que em decorrência destes contextos distintos, cada educando tem seu tempo de aprender, de se alfabetizar, e deve ser respeitado pelo educador.

Outro conceito é utilizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O IBGE trabalha com os conceitos de Alfabetizados, Analfabetismo Absoluto e Analfabetismo Funcional. As pessoas consideradas alfabetizadas “são aquelas capazes de ler e escrever um bilhete simples no idioma que conhecem”; o analfabetismo funcional atinge “aquelas pessoas que aprenderam a ler e escrever, mas esqueceram e que apenas assinam seu próprio nome”. Por fim, o analfabetismo absoluto diz respeito “aquelas pessoas que, acima dos 15 anos, não tem instrução nenhuma”.

A alfabetização na proposta de Jomtien, a partir da Conferência Mundial Sobre Educação Para Todos, em 1990 (apud CORAGGIO, 2000, p.74), na qual os “processos educativos são vistos como processos de aprendizagem de conhecimentos, capacidades, atitudes e valores para a vida, os quais, em consequência, devem ser avaliados por seus efeitos sobre a qualidade de vida (aprendizagem efetiva)” a alfabetização, em especial, Segundo Coraggio (2000, p. 75) é definida como:

A capacidade de ler e escrever com compreensão, bem como de realizar operações aritméticas simples (...) num sentido amplo, a alfabetização pode referir-se a um conjunto de capacidades cognitivas básicas que permitem obter e elaborar informações de maneira significativa (por exemplo, alfabetização nos meios de comunicação social, alfabetização nas ciências, alfabetização no uso de computadores).

No Brasil, a Alfabetização de Jovens e Adultos visa reparar uma dívida histórica de analfabetismo. Mesmo após a Constituição de 1988 e a garantia legal de vários direitos, não foram implementadas ações, no caso da alfabetização de jovens e adultos que pudessem garantir esse direito. Em consequência, no contexto atual há um grande contingente de pessoas não alfabetizadas. Acrescentando os chamados analfabetos funcionais, aqueles que têm apenas quatro anos de escolaridade e também aqueles que estão alijados da escola formal, mesmo no ensino supletivo. Chegando assim, a um grande número de pessoas que estão à margem do atendimento educacional satisfatório.

Resgatar essa dívida histórica tem sido o compromisso de tantos educadores, de alguns poucos governos (principalmente no âmbito municipal) e de organizações da sociedade civil. Porém, ações isoladas não produzem resultados significativos, criam expectativas e, posteriormente, transformam-se em decepções para alfabetizandos e para os envolvidos na implementação das ações.

Importante ressaltar que há necessidade de maior investimento no acesso de jovens e adultos à escola, englobando maior número de vagas, construção de estratégias que possibilitem o reingresso dos indivíduos, garantindo que:

A reentrada no sistema educacional dos que tiveram uma interrupção forçada seja pela repetência ou pela evasão, seja pelas desiguais oportunidades de permanência ou de outras condições adversas, deve ser saudada como uma reparação corretiva, ainda que tardia, de estruturas arcaicas, possibilitando aos indivíduos novas inserções no mundo do trabalho, na vida social, nos espaços da estética e na abertura dos canais de participação. (BRASIL, 2000, p. 06)

Estamos tratando, então, de jovens e adultos que estão na condição de “não criança”, pois nos referimos a pessoas que já estão inseridos no mundo do trabalho e que possuem relações interpessoais diferentes das vivenciadas por crianças e adolescentes. A sua condição de excluídos da escola contribui para delinear a especificidade dos jovens e adultos como sujeitos de aprendizagem. Na condição de membros de determinados grupos sociais, geralmente estão inseridos em grupos em que se concentram as maiores mazelas.

A Alfabetização de Jovens e Adultos é concebida como uma prática social e histórica concreta e intrinsecamente associada ao processo de construção/reconstrução do ser humano. Esses fazeres e saberes nem sempre constituem um conjunto coerente e consistente. Nesse sentido, a alfabetização é uma prática política que pode favorecer a integração do homem e da mulher na sociedade.

Para o educador Paulo Freire a alfabetização é a representação da expressão oral para a expressão escrita. Para o educador Paulo Freire as palavras devem vir através da leitura de mundo. Pois, segundo Freire a leitura de mundo precede sempre a leitura da palavra, a primeira é fundamental para a compreensão da importância do ato de ler, escrever ou reescrevê-lo, e transformá-lo através de uma prática consciente. Essa leitura de mundo são simbolizações da realidade. Dessa forma, esse conjunto de representações, de situações concretas possibilita uma leitura do mundo.

Para dar início ao processo de alfabetização de jovens e adultos não devemos utilizar atividades e palavras descontextualizadas, mas sim, carregadas de significados que despertem nos educandos o interesse e o gosto pela leitura. De acordo com Paulo Freire (1992, p. 76) “ler um texto é algo sério (...) é aprender como se dão as relações entre as palavras na composição do discurso. É tarefa de sujeito crítico, humilde e determinado. (...) Implica que o (a) leitor (a) se adentre na intimidade do texto para aprender sua mais profunda significação”.

É inevitável, então, que a ação alfabetizadora avance para além de saber ler e escrever numa ação mecânica e de memorização, pois “só recentemente passamos a enfrentar esta nova realidade social que não basta apenas ler e escrever, é preciso saber fazer uso do ler e escrever, saber responder às exigências de leitura e de escrita que a sociedade faz continuamente” (SOARES, 2004, p. 20). As práticas de leitura e escrita devem ser resignificadas para a criação de uma atitude de compreensão do texto e interpretação do mesmo.

No trabalho docente voltado para a alfabetização de jovens e adultos, todos os saberes devem ser mobilizados na prática pedagógica de forma que consiga desvelar as situações-limites e propugnar uma alfabetização para a emancipação, que possibilite a intervenção qualificada nos espaços de participação e transformação social. Ultrapassando limites da garantia e efetivação de direitos fundamentais. Para tanto, a alfabetização deve reivindicar processos mais densos e longos, que assegurem o letramento e o desenvolvimento de habilidades que garantam diversas práticas sociais e culturais de leitura e escrita. A aprendizagem dos jovens e adultos é orientada para a resolução de problemas e tarefas do cotidiano e deve considerar as diferenças de estilo, tempo, lugar e ritmo de aprendizagem. Chamando a atenção para um fato importante que a alfabetização de jovens e adultos está intrinsecamente ligada e associada ao letramento, assim, segundo Soares (apud MENDONÇA 2005, p.44):

O letramento é o estado ou condição de quem interage com diferentes portadores de leitura e de escrita, com as diferentes portadores de leitura e de escrita, com as diferentes funções que a leitura e a escrita desempenham na nossa vida. Enfim: é o estado ou condição de quem se envolve nas numerosas e variadas práticas sociais de leitura e escrita.

Um processo de alfabetização para jovens e adultos que tenha introduzido como necessário em sua prática pedagógica o letramento, pressupõe um rompimento com as abordagens mais tradicionais, em que os educandos eram submetidos a métodos que enfatizam, em primeiro lugar, tarefas de escrita de sílabas e palavras e, só depois que dominassem a escrita convencional, passariam a escrever textos. Ao contrário a essa prática, as abordagens de letramento exige que o educador planeje sua mediação de forma a contemplar tanto o domínio do sistema do código de escrita quanto o trabalho com temáticas envolvendo os mais diversos gêneros textuais, leitura e produção de textos variados.

Reforçando, a prática pedagógica para a alfabetização de adultos deve ser mais do que somente o ensino de codificação e decodificação do código do sistema de escrita. Deve abranger os usos sociais de variados textos e leituras, desenvolvendo a capacidade de compreensão, interpretação desses textos e que os educandos sejam capazes de fazer uso destes no seu cotidiano.

Desenvolver um processo de alfabetização que possibilite a autonomia dos sujeitos e a leitura crítica da realidade pressupõe a adoção de uma concepção de currículo mais abrangente e contemplador de diferentes saberes. Segundo Sacristán (2000, p.16), o currículo vai além da



linearidade dos conhecimentos previamente selecionados por outrem, uma vez que revela opção cultural:

É uma práxis antes que um objeto estático emanado de um modelo coerente de pensar a educação ou as aprendizagens necessárias das crianças e dos jovens, que tampouco se esgota na parte explícita do projeto de socialização cultural nas escolas. É uma prática, expressão da função socializadora e cultural que determinada instituição tem, que reagrupar em torno dele uma série de subsistemas ou práticas diversas entre as quais se encontra a prática pedagógica desenvolvida em instituições escolares comumente chamados ensino.

A construção de outra cultura curricular implica, necessariamente, a crítica ao modelo existente (formal ou oculto) e favorecer a desconstrução da noção de conhecimento como algo naturalizado, estático e descontextualizado. Proporcionar a prática de trabalho coletivo, interdisciplinar e de superação do paradigma da “educação bancária” exige a instauração de um novo tempo, que passa também pelo protagonismo daqueles que constituem os espaços de aprendizagem.

Os espaços educativos devem ter autonomia para experimentar formas de organizar o ensino-aprendizado, como também a realização da alfabetização que possa corresponder as necessidades do público atendido, porém isso depende e muito, dos alfabetizadores, e de fatores como as condições de trabalho, sistematicidade do assessoramento e acompanhamento. Um dos grandes desafios está na forma de atender melhor as necessidades dos educandos, correspondendo a uma visão de alfabetização e letramento condizente com seu tempo.

A organização do trabalho pedagógico deve envolver momentos de leitura dos mais variados gêneros textuais que marcam o dia-a-dia do bairro, da cidade, de modo a exigir o uso social da leitura e da escrita. Essas atividades se caracterizam pela motivação, pela sistematicidade, para possibilitar a aprendizagem e articulação de fonemas e grafemas, respeitando-se o tempo de cada um na construção de uma base alfabética.

Na alfabetização de jovens e adultos é necessário o ensino da língua de forma que envolva os educandos em situações concretas de produção de significados, seja tanto na leitura como em produção de textos. Importante realizar atividades de discussão e/ou levantamento de hipóteses sobre o texto trabalhado, seguido de leituras de outros textos relativos ao tema proposto com estimulação de utilização de estratégias de localização, inferência, verificação, generalização, entre outros. Interessante também trabalhar a partir dos textos a reflexão e

exploração das regularidades na construção das palavras, analisando as propriedades das mesmas.

Os educandos não alfabetizados desenvolvem diversas estratégias para lidar com situações em que a escrita está presente na sociedade e o educador precisa reconhecer tais estratégias e trabalhá-las em atividades em sala de aula. Segundo Albuquerque e Leal (2010, p. 20), afirmam que:

(...) devem ser levados textos que circulam em diferentes esferas sociais, tais como imprensa escrita, literatura, escola, mídia, para que sejam discutidos a partir dos conhecimentos prévios dos alunos, levando-os a desenvolver diferentes estratégias de leitura: antecipação de informações, interpretação de pressupostos e subentendidos, generalização, dentre outras.

O alfabetizador da AJA deve considerar que os educandos jovens e adultos independente de saber ler ou não, são cidadãos e fazem parte da sociedade possuindo direitos e deveres como os cidadãos alfabetizados. Por tanto, a história de vida, experiências vividas e os conhecimentos por eles adquiridos no cotidiano devem ser reconhecidos, valorizados e trabalhados nas atividades aplicadas como forma de incentivo para que os alfabetizando ponham em prática e desenvolvam ainda mais o que aprenderam ao longo da vida. Sendo assim, Albuquerque e Leal (2010, p. 18) contribuem:

Reconhecemos, portanto, que o aluno jovem e adulto, como cidadão, já ocupam lugares na sociedade e participam de diferentes grupos sociais. A história pessoal desses jovens e adultos é marcada pelas diferentes vivências na sociedade de que participam, e sua identidade tem múltiplas fontes de referência a partir das quais foram construídos os conhecimentos, os valores, as crenças. No entanto, nem sempre eles se reconhecem como agentes nessa sociedade, porque eles sofrem os efeitos dos mecanismos de exclusão social próprios de uma sociedade de classes. Concebemos, desse modo, que é papel do educador favorecer situações de reflexão acerca das condições de participação social dos alunos.

O ato de alfabetizar nas práticas pedagógicas voltadas para a AJA deve ultrapassar o simples ato de ler e escrever deve conduzir a outras práticas sociais, incluindo novas relações, conhecimentos, formas de linguagem e bens culturais.

As atividades de leitura e produção de textos devem ser planejadas de forma a levar o aluno a problematizar o cotidiana e a agir sobre ele, partindo dos conceitos espontâneos e integrando-os em conhecimentos mais sistematizados. Temas como diferenças entre homens e mulheres; trabalho; trabalho na cidade (ou na agricultura para os alfabetizando da área rural); direitos; preconceitos e discriminação,

dentre outros, devem ser incorporados aos projetos de trabalho. (ALBUQUERQUE; LEAL, 2010, p. 19-20)

Importante também ressaltar que o domínio dos processos de produção e compreensão de textos pressupõe não apenas as capacidades de codificar e decodificar o código de escrita, mas também o domínio dos conhecimentos acerca das situações de interação mediadas pela língua escrita, incluindo os conhecimentos textuais necessários à estruturação do texto e do sentido que este transmite.

Logo, é de fundamental importância que, na escolarização inicial, sejam encaminhadas atividades de apropriação do sistema alfabético simultaneamente às atividades de apropriação dos usos e das funções sociais da escrita, com reflexões acerca dos diversos gêneros de textos que circulam socialmente. (ALBUQUERQUE; LEAL, 2010, p. 78)

As atividades de produção de textos devem também, conduzindo o alfabetizando a contrastar diferentes visões sobre questões a cerca da sociedade, possibilitando-os a desenvolver uma leitura crítica sobre variados temas social. Oferecendo, dessa forma, possibilidades de analisarem temas através de diversos olhares e a partir daí formularem sua própria opinião.

Em suma, concebemos que a alfabetização contempla não apenas a aprendizagem ao sistema alfabético, fazendo com que o aluno domine as regras básicas de interação através da escrita, lendo e produzindo textos autonomamente, mas também a apropriação de diferentes gêneros textuais, mas também a apropriação de diferentes gêneros textuais, uma vez que tal domínio pressupõe a ampliação dos conhecimentos sobre a sociedade e sobre as relações humanas. (ALBUQUERQUE; LEAL, 2010, p. 20)

É muito discutido questões sobre o trabalho docente em sala de aula, porém, para que a prática pedagógica obtenha bons resultados é muito importante o planejamento das ações pedagógicas. Por tanto, é necessário que o processo de aprendizagem seja rico em situações mediadas pela escrita, para tanto, é fundamental que o espaço de educação seja bem planejado quanto às situações que provoquem reflexões. “Assim, deve-se ter em mente o que compõe o saber e quais objetivos didáticos devem orientar interações de mediação da construção desse saber” (ALBUQUERQUE; LEAL, 2010, p.89). Contribuindo, Albuquerque e Leal (2010, p. 77) completam que:

(...) é imprescindível, no processo pedagógico, que nós, professores, planejemos nossa ação considerando os princípios teóricos – metodológicos que desejamos adotar, os conhecimentos já construídos pelos alunos dentro e fora da escola sobre o objeto de ensino e a natureza do conhecimento a ser abordado.

O alfabetizador deve preocupar-se também com o conhecimento das letras, pois os adultos apresentam, algumas vezes, pouca familiaridade com estas, o que dificulta o processo de alfabetização. Para tanto, é preciso proporcionar situações em que a visualização das letras seja possível e de forma frequente para que os educandos possam memorizá-las. Levando em consideração a presença de tal dificuldade é importante que o educador se utilize de letras em bastão para trabalhar com os educandos, porém é recomendada também a comparação de vários tipos e formas de letras para que os alfabetizandos possam reconhecê-las.

Para que o processo de alfabetização seja possível os alfabetizandos precisam compreender a lógica do sistema de escrita e simultaneamente estabelecer as correspondências entre as letras e os fonemas que estas representam. “Diante da multiplicidade de fonemas presentes na língua, torna-se necessário pensar em atividades que auxiliem a conhecer todas as letras e os fonemas que podem ser representadas por elas” (ALBUQUERQUE; LEAL, 2010, p. 109), e também a prática alfabetizadora deve ser sistematizada de acordo com as necessidades que permeiam o ensino da língua escrita, nesse sentido Albuquerque e Leal (2010, p. 79) contribuem que “(...), o tempo pedagógico deve ser organizado de forma a enfatizar atividades voltadas para os quatro grandes eixos de ensino da língua portuguesa: (1) linguagem oral; (2) prática de leitura; (3) produção de textos e (4) análise linguística”.

Sendo assim, é importante ressaltar que uma alfabetização contribuidora e significativa para os jovens e adultos devem acontecer não apenas em alguns meses, são necessárias também, ações que conduzam o educando a dar continuidade ao processo de aprendizagem para que a alfabetização aconteça de forma enriquecedora. E as ações mediadas pelo alfabetizador são muito importantes nesse processo, sendo assim, a postura e o planejamento deste é também fundamental para o sucesso da prática alfabetizadora. Albuquerque e Leal (2010, p. 113) vêm contribuir que:

(...), é indispensável perceber que não é a atividade em si que conduz ao conhecimento, mas a ação do aprendiz mediada pelas informações e intervenções que o professor realiza durante a atividade, bem como pelas trocas de informações entre pares (interação entre alunos). Por essa razão, não se pode deixar de refletir sobre a postura que o professor precisa assumir. Nessa perspectiva, o professor apresenta-se como um interlocutor que vai, durante todo o processo, atribuir significados às tentativas de escrita dos alfabetizandos.

Imprescindível também que haja um deslocamento do processo de ensinar para o processo de aprender por meio da construção de um conhecimento elaborado pelo educando. Que estes

sejam vistos como agentes ativos, no processo de ensino-aprendizagem. Deve ser rompida a segregação dicotômica entre o sujeito que aprende e o sujeito (educador) que media o conhecimento. Segundo Campelo (2001, p. 94), “nessa abordagem, o sujeito cognoscente é, portanto, um sujeito ativo que constrói/reconstrói o seu próprio conhecimento através das relações que estabelece com o objeto de conhecimento”.

No entanto, o alfabetizador precisa ter claro o processo de alfabetização que será desenvolvido nos espaços educativos, pois poderá contribuir para uma prática alfabetizadora melhor desenvolvida e mais significativa para aqueles a quem é destinada. Sendo assim, devem oferecer várias opções de situações diversas do uso social da leitura e da escrita, o acesso a diferentes formas e tipos de letras, para facilitar o processo de construção de conhecimentos. Isso pressupõe conhecer diferentes formas de intervenção na aprendizagem e entender a educação como ato político e não seletivo. Destacando assim, que os alfabetizados envolvidos na prática alfabetizadora estão inseridos em práticas culturais, e é possível pensar a língua, o uso das letras, das sílabas, trabalhar na organização do texto, considerando as vivências dos educandos e os conhecimentos trazidos por estes.

O alfabetizador deve levar em consideração todas as concepções que envolvem o processo da alfabetização, para que assim, seja possível concretizar uma teoria coerente de aprendizagem, que não culpe o educador ou o educando, nem os métodos, ou o contexto cultural e o código escrito por não ter sido bem sucedido; mas que trabalhe para que se ponha em prática um processo de alfabetização contribuidor e significativo para o alfabetizado, importante também buscar sempre superar os problemas e dificuldades pelos quais os alfabetizados sofrem, objetivando também, proporcionar uma educação mais prazerosa.

Enfim, acrescento que não é somente o educador que tem papel essencial no processo de alfabetização, também é dever do Estado proporcionar, através da oferta a educação, o acesso de todos os cidadãos ao direito de aprender a ler e a escrever, viabilizando o direito à aprendizagem como uma das formas de inclusão social, cultural e política, construindo a democracia e possibilitando a todos, maiores oportunidades de vida e maior qualidade na educação.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS .....

De tudo que foi exposto, percebemos a importância de refletir sobre a formação inicial docente em relação a prática pedagógica no processo de alfabetização de jovens e adultos, o quanto é necessário pensar e repensar sobre o currículo dos cursos das instituições que formam futuros educadores.

Com o tema estudado houve a necessidade de realizar estudos sobre os momentos históricos que marcaram a realidade da Alfabetização de Jovens e Adultos no Brasil, para que houvesse uma maior compreensão da atual situação da AJA em nosso país, como também compreender questões sobre a formação dos atuais e futuros educadores. Foi também preciso perceber a influência que a formação docente exerce na prática pedagógica em sala de aula e conhecer a alfabetização de jovens e adultos através do diálogo com os sujeitos que a compõe. Por fim, depois de tudo pesquisado e estudado, foi imprescindível depreender sobre práticas pedagógicas que sejam contribuidoras e significativas para as reais necessidades de aprendizado dos alfabetizandos jovens e adultos.

É preciso voltar a história para entender a real condição da Alfabetização de Jovens e Adultos em nosso país e perceber os obstáculos por esta encontrada, como: falta de recursos financeiros destinado a essa modalidade da educação; a insuficiente assistência na formação dos alfabetizadores; a condição não favorável de trabalho dos educadores de jovens e adultos; a falta de suporte teórico que aborde questões relacionadas à educação de adultos, as precárias estruturas físicas e a ausência de material pedagógico; o pré-conceito suportado pelos sujeitos não alfabetizados; a pouca fundamentação teórica docente e a baixa remuneração dos alfabetizadores são uma das dificuldades encontradas pela AJA.

É necessário destacar que a Alfabetização de Jovens e Adultos é uma etapa significativa, essencial na modalidade da Educação de Jovens e Adultos, porém esta é desconectada do processo de escolarização. Sendo assim, a AJA acontece através de programas do governo de forma paliativa, condicionada a vulnerabilidade e a práticas voluntárias, assumindo um caráter assistencialista, de suplência. Realçando o descompromisso e o não reconhecimento do governo e também da sociedade em relação a importância dessa modalidade da educação, e em outorgar uma alfabetização de jovens e adultos que ofereça profissionais bem formados e

preparados para atender as necessidades do processo de aprendizado dos educandos, como uma adequada condição de trabalho aos docentes dessa devida modalidade.

Porém, um dos obstáculos enfrentados pela Alfabetização de Jovens e Adultos em nosso país deve-se ao fato de que a maioria das instituições que são responsáveis pela formação de educadores oferecem um currículo que não contemplam componentes curriculares em número significativo e necessário à preparação docente para a alfabetização de adultos. Isso reflete direta e indiretamente na qualidade da educação ofertada para os jovens e adultos, como também na prática pedagógica do alfabetizador em sala de aula. No entanto, não é somente a insuficiente formação dos educadores a causa das dificuldades encontradas pela AJA, vai além dessa questão, é um problema que tem suas raízes desde a origem da sociedade de classes.

A formação do educador exerce uma influência direta na prática pedagógica, sendo um dos fatores que determinam a qualidade do trabalho docente. É necessário que a preparação destes os qualifiquem ao trabalho em todas as modalidades da educação. Que a realidade da ação pedagógica esteja próxima dos fundamentos teóricos e que estes ofereçam uma relação com o real exercício docente e proporcione reflexão sobre a ação e haja uma maior articulação entre os conhecimentos adquiridos nos cursos de pedagogia e os saberes práticos.

Na concepção político-filosófico de Paulo Freire, o processo de alfabetização de adultos deve reconhecer a pluralidade de experiências que o educando traz de sua vida, articulando sua vivência, considerando sua realidade e saberes, para a partir deles ampliá-los, permitindo uma leitura crítica do mundo e uma apropriação e criação de conhecimentos que melhor capacitem o educando/sujeito à ação transformadora de sua realidade social pois a ação alfabetizadora é um ato político.

É durante o processo de alfabetização que surgem as circunstâncias de desafios. A realidade, as necessidades sociais e também de aprendizado dos educandos proporcionam situações-problema que devem ser solucionadas e o educando deve ser capaz de realizar isso. É nesse momento que a formação docente é determinante, pois é preciso procurar respostas para as questões surgidas e somente uma preparação significativa proporcionará com que o educador esteja preparado para agir diante de tais situações.

A prática pedagógica alfabetizadora deve constituir-se além do espaço da sala de aula, deve proporcionar uma contínua interação e relação entre teoria-prática. É importante que o

desenvolvimento da prática pedagógica desencadeie naturalmente a necessidade de tomada de decisões, de desenvolver ações articuladas e planejadas. Dessa forma, é imprescindível realizar um diagnóstico da turma e a partir daí planejar as atividades que atendem as realidades sociais e as necessidades de aprendizagem dos alfabetizandos. É importante que o alfabetizador tenha conhecimento sobre a complexidade do ato de alfabetizar, da sistematização da aquisição da leitura e da escrita, e precisa ter conhecimentos específicos sobre seus alfabetizandos e o processo de alfabetização. Deve romper com a visão mecanicista e ufanista de alfabetização, ampliando a compreensão de que alfabetizar é muito mais que ensinar/aprender a ler e escrever, a alfabetização deve assumir o caráter de um processo de aprendizado em que há a leitura do mundo, da realidade, que as atividades alfabetizadoras devem utilizar todos os tipos de textos em circulação na sociedade, evidenciando uma concepção política-pedagógica da alfabetização.

O alfabetizador precisa ter uma formação que atenda as necessidades de aprendizagem do alfabetizando, como também da sociedade. Sendo assim, o papel da formação docente é bem mais do que somente atender atualização científica e pedagógica, deve proporcionar um espaço de transformação, participação e reflexão, pois todos nós estamos inseridos em um processo de constante mudança e é preciso saber conviver em diferentes níveis para poder agir adequadamente diante dos desafios e das diferenças.

Necessário ressaltar que esta pesquisa não é uma obra acabada. É mais uma iniciativa para a realização de estudos sobre a Alfabetização de Jovens e Adultos, uma abertura para que haja interesses em realizar mais investigações que respondam as questões que surgem sobre essa modalidade da educação.

Para tanto ficam algumas interrogações que servem de indagação para estimular o pensamento sobre questões relacionadas à Alfabetização de Jovens e Adultos:

- 1- Como fazer com que a alfabetização de jovens e adultos seja uma prática de liberdade e não uma prática de dominação já que a alfabetização é um ato social e político?
- 2- O currículo é um ato político de dominação. Em se tratando dos currículos dos cursos de pedagogia, onde os componentes curriculares voltados a Educação e Alfabetização de Jovens e Adultos são em número insuficientes, como explicar esse fato?



## REFERÊNCIAS .....

AÇÃO EDUCATIVA/MEC. Breve histórico da educação de jovens e adultos no Brasil. *In: Educação de jovens e adultos: proposta curricular para o 1º segmento do ensino fundamental*. São Paulo: Ação Educativa/ MEC/ UNESCO, 1996;

ALMEIDA, Maria Lúcia Silva. Sujeitos não-alfabetizados: sujeitos de direitos, necessidades e desejos. *In: SOARES, Leôncio (Org.). Aprendendo com a diferença: estudos e pesquisas em educação de jovens e adultos*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003, p.65-90;

ANTUNES, I. Leitura e escrita: partes integrantes da comunicação verbal. *In: Leitura: teoria e prática*, ano 06, nº 10, dez. 1987;

ARMELLINI, Neusa J.; OTERO, Elisabete S.; ALLGAYER, Renita L.; BAQUERO, Rute V. A. **Alfabetização de adultos: recuperando a totalidade para reconstruir a especificidade**. Porto Alegre: ED. UFRGS, 1993;

ARROYO, Miguel González. Formar Educadores e Educadoras de Jovens e Adultos. *In: SOARES, Leôncio (org.) Formação de Educadores da Educação de Jovens e Adultos*. Belo horizonte: Autêntica, SECAD MEC, UNESCO, 2006;

BEISIEGEL, Celso de Rui. A educação de jovens e adultos analfabetos no Brasil. *In: Alfabetização e cidadania*, São Paulo, n. 16, julho 2003, p. 19-27;

\_\_\_\_\_. **A política de educação de adultos – analfabetos no Brasil**. São Paulo: Vozes, 1997;

BERNSTEIN, Basil. **A estruturação do discurso pedagógico: classes, códigos e controle**. Petrópolis: Vozes, 1996;

BRASIL. Conselho nacional de Educação. Parecer CNE/CEB, n. 11/2000. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos (DCN/EJA)**, Brasília, 2000;

\_\_\_\_\_. Constituição. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília. Senado Federal, 1998;

\_\_\_\_\_. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB**, Brasília, 1996;

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação – MEC. Secretaria de Educação continuada, alfabetização e diversidade – SECAD. Diretoria de políticas públicas de EJA. **Agenda Territorial de desenvolvimento integrado de alfabetização e educação de Jovens e Adultos**. Brasília, 1998;

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **Conselho Nacional de Educação**. Disponível em 18/01/2011: <<http://www.mec.gov.br/publicações>>;

\_\_\_\_\_. Secretaria Municipal de Educação e Cultura. **Política de Alfabetização de Jovens e Adultos**, Salvador, 2004. Disponível em < <http://www.smecc.salvador.ba.gov.br>.> Acesso em: 04 maio 2011;

CANDORIN, Severino. **Monografia e tese passo a passo**. Rio de Janeiro: Sotese, 2002;

CARVALHO, Marlene. **Guia prática do alfabetizador**. São Paulo: Ática, 1994;

CORAGGIO, José Luís. **Desenvolvimento humano e educação: o papel das ONGs latino-americanas na iniciativa da educação para todos**. 3ª ed.. São Paulo: Cortez, 2000;

DELORES, Jacques. **Educação: um tesouro a descobrir**. Relatório para a UNESCO. Portugal: Asa, 1996;

DI PIERRO, Maria Clara. Descentralização, focalização e parceria: uma análise das tendências nas políticas públicas de educação de jovens e adultos. *In: Educação e Pesquisa*. São Paulo, v. 27, nº 2, p. 321-337, jul./dez. 2001;

DI PIERRO, Maria Clara. Um balanço da evolução recente da educação de Jovens e adultos no Brasil. *In: Construção coletiva: contribuições à educação de jovens e adultos*. Brasília: UNESCO, MEC, 2005;

DURANTE, Marta. **Alfabetização de adultos: leitura e produção de textos**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998;

FERREIRO, Emília. **Alfabetização em processo**. São Paulo: Cortez, 1989;

FERREIRO, Emília. **Reflexões sobre alfabetização**. São Paulo: Cortez, 1988;

FERREIRO, Emília; TEBEROSKY, Ana. **Psicogênese da língua escrita**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1985;

FREIRE, Ana Maria Araújo. **Analfabetismo no Brasil**. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: INEP, 1989;

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler: três artigos que se completam**. São Paulo: Cortez, 1989;

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Esperança: Um reencontro com a Pedagogia do Oprimido**. Ed. Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1992;

FREITAS, Bárbara. **Diário de uma alfabetizadora**. 2ª ed. Campinas: Papyrus, 1994;

GADOTTI, Moacir. **Educação de jovens e Adultos: teoria, prática e proposta**. São Paulo: Cortez, 2001;

GADOTTI, Moacir. **Perspectivas atuais da educação**. Porto Alegre: Artes Médicas, 2000;

GALVÃO, Ana Maria de Oliveira. **Cordel: leitores e ouvintes**. Belo Horizonte: Autêntica, 2001;

GALVÃO, Ana Maria de Oliveira; PIERRO, Maria Clara Di. **Preconceito contra analfabetismo**. São Paulo. Cortez, 2007;

GOÉS, Moacyr de. **De pé no chão também se aprende a ler, 1961/1964**: por uma escola democrática. São Paulo: Cortez, 1991;

HADDAD, Sérgio. Aprendizagem de jovens e adultos: avaliação da década de Educação para Todos. *In: São Paulo em Perspectiva*, São Paulo: SEAD, v.14, n.1, p. 29-40, jan./mar. 2000;

HADDAD, Sérgio; DI PIERRO, Maria Clara. **Diretrizes de política nacional de educação de jovens e adultos; consolidação de documentos 1985/94**. São Paulo, ago. 1994;

HADDAD, Sérgio; DI PIERRO, Maria Clara. Escolarização de jovens e adultos. *In: Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, n.14, maio./ago. 2000, p. 108-130;

LEAL, Telma Ferraz. Condições de produções de textos no ensino de jovens e adultos. *In: Anais da 26ª reunião Anual da ANPED*. Caxambu – MG, 2003;

LEAL, Telma Ferraz; ALBUQUERQUE, ELIANA B. C. de (Org.). **Desafios da Educação de Jovens e Adultos**: construindo práticas de alfabetização, 1ª ed., 3ª reimp., Belo Horizonte: Autêntica, 2007;

LEAL, Telma Ferraz; LIMA, Maria do Socorro M.; MACHADO, Neusa; SOLANO, Luiza. **Ler para viver**: alfabetização de adultos em discussão. Teresina/Brasília: PMT, VFPI, 1996;

LEMLE, M. **Guia teórico do alfabetizador**. 15 ed., São Paulo: Ática, 2002;

LERNER, D. **Ler e escrever na escola**: o real, o possível e o necessário. Porto Alegre: Artmed, 2002;

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD). **Síntese dos indicadores sociais de 2004**. Disponível em <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em 31/05/2011;

MACHADO, Maria Margarida(Org.). **Formação de educadores de jovens e adultos: II Seminário Nacional**. Brasília: SECAD/MEC, UNESCO, 2008;

MONTEIRO, Alenxandrina. **Etnomatemática**: as possibilidades pedagógicas num curso de alfabetização para trabalhadores rurais assentados. Tese (Doutorado em Educação) – UNICAMP, Campinas, 2008;

MOURA, Tania Maria de Melo. **A Formação de Professores para a Educação de Jovens e Adultos**: dilemas atuais. Belo Horizonte: Autêntica, 2007;

\_\_\_\_\_. **A prática Pedagógica dos Alfabetizadores de Jovens e Adultos**: contribuições de Freire, Ferreiro e Vygotsky. Maceió: EDUFAL, 1999;

NÓVOA, Antonio. **Profissão Professor**. 2ª ed., Porto Alegre: Porto Editora, 1995;

PAIVA, J.; OLIVEIRA, I.B.(Org). **Educação de jovens e adultos**. Coleção: Pedagogias em Ação. Petrópolis: Rio de Janeiro: DP ET Alii, 2009;

PAIVA, Vanilda Pereira. **Educação Popular e educação de adultos**. 5ª ed., São Paulo: Loyola, 1987;

PÉREZ, Carmem Lúcia Vidal. **Professoras alfabetizadoras: histórias plurais, práticas singulares**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003;

PILETTI, Claudino. **Filosofia da educação**. São Paulo: Ática, 1988 ou 1997;

PONTUAL, Pedro. Desafios pedagógicos na construção de uma parceria: a experiência do MOVA? SP (1989/1992). **Revista Alfabetização e Cidadania**. RAAB, São Paulo, n. 5, jul. 1997;

REVISTA DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS. **Formação de educadores de jovens e adultos, alfabetização e cidadania**, nº 13, dezembro de 2002;

RIBEIRO, V. Masagão M. **Alfabetização e atitudes: pesquisa com jovens e adultos**. Campinas-SP: Papyrus, Ação educativa, 1999;

\_\_\_\_\_. **Educação para jovens e adultos: ensino fundamental: proposta curricular**. São Paulo: Ação Educativa, 1997;

SAVIANI, Dermeval. **Da nova LDB ao novo Plano nacional de Educação: por uma outra política educacional**. Campinas: Autores Associados, 1998;

SOARES, Leôncio José Gomes. **Educação de jovens e adultos**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002;

SOARES, Magda. Alfabetização: a ressignificação do conceito. *In: Alfabetização e cidadania*. São Paulo, n.16, jul. 2003, p. 09-17;

\_\_\_\_\_. **Alfabetização e letramento**. São Paulo: Contexto, 2003;

\_\_\_\_\_. Aprender a escrever, ensinar a escrever. *In: ZACCUR*. Edwiger (org.). **A magia da linguagem**. Rio de Janeiro: DP&A: SEPE, 2001, p. 40-73;

\_\_\_\_\_. **As muitas facetas da alfabetização**. Cadernos de Pesquisa. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, (52): 19-29, fev. 1985;

\_\_\_\_\_. **Letramento e alfabetização: as muitas facetas**. Revista Brasileira de Educação. N. 24, jan./abril, 2004;

\_\_\_\_\_. **Letramento: um tema em três gêneros**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004;

SOLÉ, I. **Estratégias de leitura**. Porto Alegre: ArtMed, 1998;

TARDIF, Maurice. **Saberes docentes e formação profissional**. Rio de Janeiro: Vozes, 2007;

TEBEROSKY, Ana. **Aprendendo a escrever**. São Paulo: Ática, 1995.

## ANEXO A - ENTREVISTA COM OS ALFABETIZANDOS DA AJA

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA – UFBA

FACULDADE DE EDUCAÇÃO – FAGED

CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

DISCENTE: JOUZE VILAR SACRAMENTO

ORIENTADORA: Dr.<sup>a</sup> SANDRA MARIA MAIA SIQUEIRA

### ENTREVISTA

*(Alfabetizando)*

### JUSTIFICATIVA

*A presente entrevista tem o objetivo coletar informações que venham contribuir para o trabalho de conclusão de curso da discente Jouze Vilar Sacramento que busca, através desta, verificar a realidade dos educandos da Alfabetização de Jovens e Adultos na distinta modalidade da educação.*

---

**É de minha livre vontade participar da entrevista como voluntário(a).**

#### 1. DADOS PESSOAIS

##### 1.1 Idade:

Entre 18 e 25 anos

Entre 26 e 33 anos

Entre 34 e 41 anos

Acima de 42 anos

##### 1.2 Sexo:

Masculino  Feminino

1.3 Sua residência é:

Própria  Alugada  Parentes

1.4 Qual o seu Grau de Escolaridade?

Ensino Fundamental I incompleto

Ensino Fundamental I completo

Ensino Fundamental II incompleto

Ensino Fundamental II completo

Nunca estudou

1.5 Qual a sua profissão? \_\_\_\_\_

2. Qual o motivo que lhe induziu deixar de estudar em idade própria?

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

3. Sempre teve vontade de voltar a estudar?

Sim  Não

Justifique sua resposta:

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

4. O que mais te incentivou a voltar a estudar?

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

5. Você sentia falta dos estudos, sentia dificuldade nas atividades do dia-a-dia por ter parado de estudar (ou por nunca ter ido à escola)?

Sim    Não

Justifique sua resposta:

---

---

---

6. Para você, estudar é importante?

Sim    Não

Justifique sua resposta:

---

---

---

7. Você gosta da forma como seu(a) educador(a) elabora as aulas?

Sim    Não

Justifique sua resposta:

---

---

---

8. Se você pudesse mudar alguma coisa nas aulas do seu(a) educador(a) o que você mudaria?

---

---

---

9. Qual dica você daria para seu(a) educador(a) no que diz respeito as aulas dele(a)?

---

---

---

10. Na sua opinião, você acha que a Alfabetização de Jovens e Adultos é bem assistida pelos poderes públicos e pela sociedade?

( ) Sim ( ) Não

Justifique sua resposta:

---

---

---

11. O que seu(a) educador(a) faz em sala de aula que você mais gosta?

---

---

---

12. O que seu(a) educador(a) faz em sala de aula que você menos gosta?

---

---

---

13. O que você busca estudando?

---

---

---

14. Você acha que as aulas, os conteúdos trabalhados pelo(a) seu(a) educador(a) trabalha temas que condiz com a realidade da sua vida e de seus colegas de classe?

( ) Sim ( ) Não

Justifique sua resposta:



---

---

---

15. Seu educador(a) considera os conhecimentos que você e seus colegas trazem da vida?

Sim    Não

Justifique sua resposta:

---

---

---

16. Você acha que os conteúdos trabalhados na sala de aula pelo(a) seu(a) educador(a) atende as necessidades de aprendizado que você procura?

Sim    Não

Justifique sua resposta:

---

---

---

17. Se sente satisfeito(a) com o conteúdo trabalhado pelo(a) seu(a) educador(a) e com as aulas dele(a)?

Sim    Não

Justifique sua resposta:

---

---

---

## ANEXO B – ENTREVISTA COM OS ALFABETIZADORES DA AJA

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA – UFBA

FACULDADE DE EDUCAÇÃO – FAGED

CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

DISCENTE: JOUZE VILAR SACRAMENTO

ORIENTADORA: Dr.<sup>a</sup> SANDRA MARIA MAIA SIQUEIRA

### ENTREVISTA

*(Alfabetizador)*

### JUSTIFICATIVA

*A presente entrevista tem o objetivo coletar informações que venham contribuir para o trabalho de conclusão de curso da discente Jouze Vilar Sacramento que busca, através desta, verificar a relação da formação dos educadores/alfabetizadores da Alfabetização de Jovens e Adultos, sua prática pedagógica e os conhecimentos específicos destes na distinta modalidade da educação.*

---

**É de minha livre vontade participar da entrevista como voluntário(a).**

#### 1. DADOS PESSOAIS

##### 1.1 Idade:

Entre 18 e 25 anos

Entre 26 e 33 anos

Entre 34 e 41 anos

Acima de 42 anos

1.2 Sexo:

Masculino                       Feminino

1.3 Qual seu Grau de Escolaridade?

Ensino Médio completo

Ensino Médio incompleto

Técnico incompleto

Técnico completo

Tecnólogo incompleto

Tecnólogo completo

Profissionalizante incompleto. Indique o curso: \_\_\_\_\_

Profissionalizante completo. Indique o curso: \_\_\_\_\_

Superior incompleto. Indique o curso: \_\_\_\_\_

Superior completo. Indique o curso: \_\_\_\_\_

Outros: \_\_\_\_\_

1.4 Sua residência é:

Própria               Alugada               Parentes

2. Há quanto tempo trabalha na área de educação?

\_\_\_\_\_

3. Quantos anos trabalha com a alfabetização de jovens e adultos?

\_\_\_\_\_

4. Qual a razão fundamental que lhe fez escolher trabalhar com alfabetização de jovens e adultos?

---

---

---

5. Se sente satisfeito(a) como educador(a) da modalidade de alfabetização de jovens e adultos?

---

---

---

6. Qual é a sua maior dificuldade ao trabalhar com a alfabetização de jovens e adultos?

---

---

---

7. Acha que a sua formação na área de educação lhe preparou como educador(a) para a alfabetização de jovens e adultos, lhe qualificando para atender a realidade dessa modalidade da educação?

( ) Sim ( ) Não

Justifique sua resposta:

---

---

---

8. Fez algum tipo de curso especializado na área de Alfabetização de Jovens e Adultos?

( ) Sim ( ) Não

Qual curso?

---

9. Ficou satisfeito(a) com o curso, em relação ao suporte teórico, técnicas e metodologias específicas oferecidas pelo mesmo, para a alfabetização de jovens e adultos?

( ) Sim ( ) Não

Justifique sua resposta:

---

---

---

10. O que acha da preparação oferecida pelos cursos na área de educação (como os antigos cursos de magistério e agora as faculdades de pedagogia) no que diz respeito à capacitação, preparação dos futuros educadores para a alfabetização de jovens e adultos?

Bom    Ótimo    Péssimo    Regular

Justifique sua resposta:

---

---

---

11. Se acha um(a) educador(a) bem preparado(a), capacitado(a) para atender as necessidades reais dos alfabetizados jovens e adultos?

Sim    Não

Justifique sua resposta:

---

---

---

12. Preocupa-se em passar os conteúdos trabalhados em sala de aula com a realidade cotidiana dos alfabetizados jovens e adultos?

Sim    Não

Justifique sua resposta:

---

---

---

13. Na prática em sala de aula você considera os conhecimentos trazidos pelos alfabetizados jovens e adultos?

Sim  Não

Justifique sua resposta:

---

---

---

14. Preocupa-se em não utilizar métodos, técnicas e conteúdos que são utilizados na Educação Infantil?

Sim  Não

Justifique sua resposta:

---

---

---

15. Na prática em sala de aula usa palavras comum ao cotidiano, a vida dos alfabetizados jovens e adultos?

Sim  Não

Justifique sua resposta:

---

---

---

16. Preocupa-se em utilizar diversos materiais em sua prática pedagógica em sala de aula como: jornais, revistas (de vários tipos), livros, catálogos, listas (diversos tipos), receitas, entre outros, de modo a contribuir e tornar próximo a realidade os conteúdos a serem trabalhados?

Sim  Não

Justifique sua resposta:

---

---

---

17. Preocupa-se em tornar as aulas dinâmicas, interessantes, de forma que tenha a participação de todos os alfabetizandos (ou da maioria destes) na sala da aula?

Sim    Não

Justifique sua resposta:

---

---

---

18. Preocupa-se com a opinião dos alfabetizandos jovens e adultos e com o que estes estão buscando em seu aprendizado?

Sim    Não

Justifique sua resposta:

---

---

---

19. Acha que é um bom(a) educador(a) na modalidade da alfabetização de jovens e adultos e se sente satisfeito com o conhecimento adquirido na área e com a prática pedagógica que realiza em sala de aula com seus alfabetizandos?

Sim    Não

Justifique sua resposta:

---

---

---